



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas –
FACE

Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECO

Mestrado em Economia e Gestão do Setor Público

INFORMAÇÃO EFICAZ E POLÍTICA ECONÔMICA:

A INTERFACE NECESSÁRIA

Fabiana Bandeira dos Santos

Brasília-DF

2016

FABIANA BANDEIRA DOS SANTOS

INFORMAÇÃO EFICAZ E POLÍTICA ECONÔMICA:

A INTERFACE NECESSÁRIA

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade (FACE) da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia e Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira

Brasília-DF

2016

FABIANA BANDEIRA DOS SANTOS

**INFORMAÇÃO EFICAZ E POLÍTICA ECONÔMICA:
A INTERFACE NECESSÁRIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira, UnB, Orientador

Professora Dra. Denise Imbroisi, UnB - Membro interno

Professora Joana D'ARC Bardella Castro, UEG - Membro externo

Brasília – DF, de 31 de agosto de 2016

DEDICATÓRIA

É para meu marido, Antonio Nascimento Junior, que continuo dedicando meus trabalhos acadêmicos. Meu maior incentivador na busca pelo crescimento acadêmico e profissional.

AGRADECIMENTO(S)

Ao meu orientador, prof. Dr. Jorge Madeira, pela confiança na construção desse tema importante para minha carreira profissional, também pela leveza e risadas durante nossos encontros de elaboração dessa dissertação. Profundamente grata!

Ao prof. Dr. Roberto Ellery pelo estímulo em prosseguir na caminhada acadêmica.

Aos meus colegas de turma, em especial, o Carlos Junior, a Ediene, a Eliza, a Fernanda, o Rodrigo e o Wildston pela parceria durante todos os encontros do curso.

Ao meu marido Antonio por apostar nos meus sonhos.

E ao meu filho, Lucas Nascimento, minha inspiração eterna para todas as conquistas dessa vida.

RESUMO

Esta dissertação traz uma reflexão teórico-analítica de como o governo comunica uma política pública, em especial suas políticas econômicas. A pesquisa se propõe ao desafio crítico de analisar a influência da informação governamental sobre o desempenho de uma ação pública. Tendo como objetivo contribuir teoricamente com os governos, a hipótese é de que este trabalho colabore com uma possível formulação de um modelo de comunicação governamental que seja capaz de contribuir efetivamente com a implantação e solidificação de uma política pública. A presente dissertação não pretende se aprofundar nas teorias do conceito pragmático de comunicação pública, mas sim nas tipologias da informação pública como viés indispensável de ligação entre governo e cidadão, no que diz respeito a questões importantes de interesse coletivo. O cenário empírico de uma grande política pública econômica, realizada em 1990, durante o governo Collor, constitui os argumentos que sustentam a necessidade de um modelo de comunicação governamental, baseado em informação eficaz, como instrumento de gestão pública.

Palavras-chave: Comunicação governamental. Informação eficaz. Transparência. Políticas econômicas. Políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation provides a theoretical and analytical reflection of how the government communicates public policy, especially its economic policies. This research intends to critically analyze the influence of the information released by the government upon the performance of a public initiative. Assuming the main objective of contributing to governments, the assumption is that this work can cooperate to create a model of governmental information that is able to effectively contribute to the implementation and consolidation of a public policy. This work is not extended into the pragmatic concept of public communication but the types of communication as an essential instrument of connection between government and citizens with regards to subjects of common interest. The scenario of a major economic public policy, held in 1990, during the Collor government, are the arguments supporting the necessity for a communication model based on efficient communication, as a public administration tool for governments.

Keywords: Governmental communication. Efficient communication. Transparency. Economic policies. Public policies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 INFORMAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS BÁSICOS	12
1.1 O direito e o poder da informação	14
1.2 Considerações sobre informação eficaz para a tomada de decisão	17
1.3 Análise do Discurso Governamental	22
1.4 Assimetria da informação	24
2 O PAPEL DA INFORMAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	26
2.1 A qualidade da informação para o sucesso de uma política pública	27
2.2 As assessorias de comunicação do governo	31
2.3 Informação para a cidadania e o desenvolvimento	35
3 POLÍTICA ECONÔMICA: ESSENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO	38
3.1 Particularidades da informação econômica	39
3.2 A divulgação governamental das políticas econômicas na atualidade	41
3.3 Perspectivas por informações de políticas econômicas eficazes	43
4 APLICAÇÃO DA PESQUISA: UM MODELO DE INFORMAÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	47
4.1 Estudo de caso: o contexto das informações governamentais acerca do confisco da poupança no Governo Collor (1990)	50
4.2 Estudo de caso: análise crítica de uma comunicação com base em informação ineficaz	53
5 PRINCIPAIS AVALIAÇÕES E UM OLHAR PROSPECTIVO	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	66 a 76

INTRODUÇÃO

Governos em diversos países têm aperfeiçoado a divulgação de informações públicas ao longo das últimas duas décadas. Alguns países desenvolvidos, como exemplo a Holanda, estão mais adiantados no sentido de possuir manuais de comunicação que impulsionam os agentes públicos a fornecerem informações adequadas aos cidadãos. No entanto, o Brasil está atrasado em procedimentos nesse sentido.

A realidade brasileira atual é uma na qual diferentes agências governamentais têm ampla liberdade para a disponibilização de informações. O principal documento oficial é o Manual de Comunicação da Presidência da República, reeditado em 2002, que basicamente atribui os formatos e as normas de redação de atos e comunicações oficiais, sem entrar no mérito da qualidade das informações prestadas.

Essa falta de critérios na comunicação pública muitas vezes pode ocasionar uma série de efeitos negativos não apenas para os cidadãos, mas também para o próprio governo. E por reconhecer esse problema, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender os efeitos da informação prestada pelo governo, no que diz respeito às políticas públicas, em especial às políticas econômicas. Parte-se da hipótese de que um fornecimento apropriado de informações é fundamental para um adequado exercício de todas as atividades governamentais.

Gerenciar informações é fundamental para o sucesso de uma política pública. É preciso refletir que muitas vezes as falhas numa política decorrem também de falhas na informação gerada pelo poder público. Em especial, em tempos de crises políticas e econômicas, uma comunicação governamental adequada é fundamental para o sucesso de uma ação pública. Fornecer informação não necessariamente é fazer comunicação efetiva, isto porque a informação por si só pode ser inútil, vaga, manipulada, mal compreendida e mal interpretada.

No que diz respeito às informações divulgadas acerca de políticas econômicas, o estudo se torna ainda mais desafiador tendo em vista as peculiaridades restritas à linguagem

econômica, que se constitui de palavras e termos de difícil assimilação, e cuja transparência de suas informações é necessária para o desempenho da economia brasileira.

Nesse sentido, buscamos entender como a condução de uma comunicação gerada pelos governos pode afetar significativamente os resultados de uma política pública posta em questão. Portanto, o foco central deste trabalho consistirá em **investigar os efeitos da informação governamental sobre uma determinada política e, por conseguinte, compreender como os instrumentos que contornam a comunicação do governo podem alterar a própria estrutura ou natureza da política.**

A informação prestada pelo poder público é a ponta inicial que liga a política pública à população, transpassando pelo papel do jornalista e/ou mídia de capturar essa informação e apresentá-la à sociedade. Assim, a forma como o governo comunica pode resultar em sucesso, mas também levar a interpretações equivocadas, podendo afetar diretamente o desempenho da política e a vida do cidadão.

Ressalte-se, portanto, que o tema desta pesquisa é instigante e sua complexidade de abordagens conceituais e práticas permitirá uma análise na qual se pretende, principalmente, melhorar a forma de informação dos governos, mas também as atividades dos profissionais da área de comunicação, contribuindo para um melhor desempenho na execução de políticas públicas importantes para a sociedade. Inclusive, essa perspectiva está sendo gerida pelo atual governo que recentemente anunciou recomendações no sentido de recriar a figura do porta-voz, que estava esquecida nos últimos anos. A presidência tem exposto que o referido profissional concentrará a maior parte das informações relacionadas ao Palácio do Planalto e evitará que inúmeras autoridades falem em nome do governo, evitando, com isso, informações equivocadas.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. No primeiro capítulo mostramos a relevância da informação pública, principalmente para a tomada de decisão do cidadão, fazemos uma análise dos efeitos do discurso governamental e avaliamos os perigos da assimetria da informação, na qual o poder público se apodera dos conhecimentos mais relevantes em relação à sociedade.

No segundo capítulo, tratamos da importância da informação durante todo o processo de implantação de uma política pública. Seus subtítulos dispõem sobre a necessidade de informações de qualidade que auxiliem no entendimento do cidadão e no sucesso da iniciativa pública. Além disso, apontamos a necessária profissionalização das assessorias de comunicação do governo para atuar adequadamente na divulgação das políticas e de informações que realmente contribuam com a cidadania e com o desenvolvimento do país.

No terceiro capítulo abordamos a seriedade da população em compreender por completo as políticas econômicas que estão sendo apresentadas e executadas pelo poder público. Exibimos especificamente as particularidades da informação econômica, da divulgação dessas políticas na atualidade e da necessidade por políticas econômicas claras e eficientes, subsidiadas por meio de informações de qualidade.

Uma análise qualitativa para informações de políticas públicas e um estudo de caso, baseado na divulgação de uma política econômica executada durante o governo Collor (1990) é apresentado e analisado no quarto capítulo. O estudo mostra que a falta de informações eficazes durante o processo de implantação de uma política pode gerar uma série de prejuízos à sociedade, além de afetar gravemente os resultados da iniciativa e a credibilidade do governo.

No último capítulo, fazemos uma análise da importância de todos os atores da sociedade, principalmente do governo, em se responsabilizar pela qualidade da informação, em especial sobre políticas públicas, tendo em vista que são os melhores meio para alcançarmos uma sociedade economicamente e socialmente mais justa.

Por fim, são feitas as considerações finais ressaltando a importância do tema para a melhoria da atuação dos governos em relação à divulgação de suas políticas públicas e indicados possíveis tópicos que podem ser objeto de futuras pesquisas.

1. INFORMAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS BÁSICOS

Inesgotáveis são as possibilidades de se analisar os efeitos de uma informação, seja ela uma simples relação dialógica entre duas ou mais pessoas ou de um efetivo compartilhamento de sentido capaz de mudar a atitude de alguém. Por isso, é oportuno definir com clareza o papel da informação no processo de implantação e execução de uma política pública.

Com o avanço da tecnologia, a troca de informações tornou-se ato corriqueiro no mundo privado e organizacional. O volume e a variedade de informações têm crescido continuamente sem se medir os exatos impactos que elas causam no contexto privado e público, principalmente em relação ao desenvolvimento da sociedade. Contudo, tem-se reconhecido que não há conhecimento efetivo e participação sem informação de qualidade, visto que o cidadão jamais poderá formar uma opinião adequada baseada em conteúdo ineficiente.

No entendimento de Barreto (1994, p.14), a informação deve ser tratada como: “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou na sociedade”. No entanto, produzir informação se tornou algo comum e muitas vezes banal. Gerenciar informação é um grande desafio, em especial para o poder público, que tem o dever de atender às necessidades do cidadão. Assim, a transmissão da informação somente acontece por meio de um processo de comunicação eficaz baseado na geração de conhecimentos ou ainda em resultados.

Isso é especialmente verdadeiro em relação às informações geradas e difundidas por governos. O descuido com a informação pode influenciar negativamente no conhecimento da sociedade sobre suas políticas, além de interferir diretamente nos resultados delas. De acordo com Duarte (2006), um estudo do conceito de Comunicação Pública, a partir de um enfoque pragmático-idealizante, propõe-se analisar tipologias que possam estabelecer linhas de pesquisa, de discussão e de atuação em busca de melhorar a qualidade da relação entre cidadão e as instituições que atuam com questões de interesse público. “A comunicação pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo”. (DUARTE, 2006, p.2)

Para entender melhor como funciona essa relação de informações geradas pelo governo acerca de políticas públicas para os cidadãos é necessário antes refletir um pouco sobre os conceitos básicos de informação, comunicação e comunicação pública e/ou governamental. Durante muito tempo os termos “informação” e “comunicação” foram utilizados de formas equivalentes, mas com o avanço das práticas comunicativas e principalmente das tecnologias, o conceito de comunicação passou a ter maior significância na busca pelo sentido. Ou seja, informar não significa necessariamente comunicar, pois, muitas vezes, uma informação solta não faz sentido algum e não comunica algo para ninguém.

Assim, a partir dessa concepção, trabalharemos o termo “informação” como entendimento recíproco capaz de estabelecer sentido e possível de reduzir incerteza sobre determinado conteúdo. Ainda de acordo com Duarte (2006), a comunicação pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão) em temas de interesse público. Por conseguinte, a comunicação governamental diz respeito aos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo os gestores e a ação do Estado e a sociedade.

Todos esses conceitos cruzam-se entre si e muitas vezes se confundem na prática comunicativa. Entretanto, esta pesquisa tem seu foco no direcionamento das informações que partem do governo e que são relacionadas a temas de interesse coletivo, fazendo com que os governos projetem suas informações para atender ao que realmente importa: o cidadão. Nesta perspectiva teórica, acreditamos que os governos deveriam adotar padrões mais eficientes de comunicação com a sociedade, produzindo informações adequadas principalmente no que diz respeito às políticas públicas.

1.1 O direito e o poder da informação

A informação é uma ferramenta extremamente poderosa de transformação da sociedade, entretanto, utilizá-la de forma eficaz requer esforço e comprometimento com o cidadão, principalmente, do poder público que deve atuar pelo desenvolvimento social. O acesso à informação e o direito de acesso ao poder de comunicar fazem parte da mesma concepção. A informação sistematizada e sua acessibilidade devem ser tratadas como elemento que agrega valor ao conhecimento incorporado pelas comunidades, potencializando suas ações sobre a realidade, de forma que o cidadão esteja instrumentalizado para participar das decisões relativas à elaboração, à ampliação e ao controle de políticas públicas.

O direito à informação está assegurado pela Constituição Federal brasileira, enquanto direito consagrado do ser humano. Por conseguinte, o governo, em qualquer de suas esferas, está também enquadrado no dever de conferir ao cidadão informações que atuem positivamente na proteção e no desenvolvimento de toda a coletividade. Esse direito está também regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que contribui para o exercício efetivo do direito à informação, visando à participação, o desenvolvimento e o controle social. Entretanto, a LAI tem gerado um excesso de informações não comprometidas com a qualidade e sim com a quantidade.

Apesar desse grande volume de dados governamentais gerados pelo poder público, na prática, podemos dizer que a população se informa, geralmente, sobre as ações e atividades públicas por meio das notícias veiculadas pelos meios de comunicação de massa, e no geral, tem suas opiniões baseadas em uma reação imediata à notícia veiculada pela imprensa. Entretanto, o conteúdo dessa notícia possivelmente foi pautado pelo governo, ou pelo menos influenciada por ele, seja por meio de uma notícia ou release publicado ou ainda por entrevista de algum representante do poder público.

O direito à informação já existe, portanto, em lei. Mas esse direito deve ser ampliado como direito do cidadão de receber comunicação e informação de qualidade, na qual o diálogo entre governo e sociedade deve ser equilibrado e recíproco, se contrapondo ao monólogo dos governos.

[...] o cidadão informado se torna de repente uma pessoa que pode participar diretamente dos processos de transformação política e social, fazendo os sistemas evoluírem da democracia representativa para a democracia participativa. (DOWBOR, 1982, p. 03)

Nesse contexto, há de se ressaltar a necessidade de a sociedade receber informações com qualidade e com um conteúdo real, permitindo que o cidadão analise com profundidade todo o contorno do discurso ali envolvido. **Por isso, a elaboração de uma notícia sobre uma política pública que pode afetar a população precisa superar as peculiaridades técnicas, e principalmente políticas, a fim de se evitar uma informação vaga, imprecisa, fantasiosa, errônea ou ainda manipuladora.**

É importante refletir sobre a necessidade de se informar durante todo o andamento de uma política pública que está em curso e que certamente atingirá de algum modo o cidadão. Isso porque ela precisa comunicar de forma eficaz a sociedade acerca da proposta do governo, bem como servir de instrumento de conscientização sobre a política e de fortalecimento participativo. Contudo, as questões do acesso à informação, da transparência e da participação popular na implementação, execução e aprovação das políticas públicas parecem ainda de caráter utópico, mas fundamental para o pleno alcance do entendimento e atuação do cidadão nos processos governamentais.

De acordo com Marteleto (1987), a informação deve ser algo capaz de ajudar o receptor a tomar uma decisão, centrando-se na influência da mensagem no receptor como mecanismo de redução de dúvidas, cujos processos de informação seriam os processos de comunicação utilizados para reduzir incertezas. Assim, o governo, que detém as principais informações acerca das políticas, deveria ter a consciência e o cuidado necessário com a qualidade e transparência das informações que são repassadas por seus órgãos ou representantes públicos. Ou seja, **a comunicação governamental deve auxiliar efetivamente o conhecimento e/ou a tomada de decisão do cidadão e não mais ser apenas um meio de esclarecimentos ou convencimentos públicos.**

Nesse sentido, a informação é um instrumento positivo que, se trabalhada de forma apropriada, é capaz de agregar valor ao governo. Para Marini (2014), a governança de um país depende da capacidade de um Estado na formulação e implementação de políticas públicas e consecução das metas coletivas. Assim, governar depende da capacidade do Estado de

conseguir apoio para implementar seus projetos e de comunicar para diversos grupos sociais suas intenções e objetivos.

Kondo et. al. (2002, p. 15) diz: “o engajamento ativo dos cidadãos pode assegurar que as políticas públicas sejam apoiadas ou pelo menos compreendidas pelo público de modo a contribuir para a sua efetiva implementação”. Por isso, a forma da comunicação governamental para com o cidadão pode ser uma ferramenta de contribuição para o desempenho de uma política pública, na qual o objetivo é buscar as possibilidades de uma nova comunicação governamental que se constitua instrumento de transformação a partir de uma sociedade mais bem informada, participativa e mais democrática.

Para isso, como meta, o governo deve executar estratégias diversificadas de comunicação que sirvam como estímulo para a elaboração de soluções em políticas públicas, assim como seu discurso se constituir em informações de qualidade e relevantes de forma a apresentar a realidade ao cidadão. Contudo, seria necessária uma comunicação oficial que estabeleça fluxos de informação de qualidade que ampliem o conhecimento, o debate e a tomada de decisão. De tal maneira, a comunicação governamental passa a ser um instrumento capaz de moldar atitudes e comportamentos que se deram por meio de informação suficiente e adequada.

Assim, é essencial transformar a informação em instrumento de conhecimento, de desenvolvimento social e de transparência de uma política pública. Todas as esferas do poder público precisam compreender que uma comunicação de qualidade tem na outra ponta o cidadão. Para Dal Bosco, o direito de participação do cidadão no Brasil ainda encontra inúmeras barreiras para sua implementação efetiva pelo poder público. Essa dificuldade é mais agravada na América Latina, “onde as leis falam de participação, mas a prática política as desmente”. (DAL BOSCO, 2003, p.1)

1.2 Considerações sobre informação eficaz para a tomada de decisão

A informação deve ser uma preocupação constante das pessoas envolvidas em ações de comunicar, pois o objetivo da comunicação, além de simplesmente informar, é oferecer informação acessível e crível. Essas características são obtidas por meio de uma informação de qualidade, com coerência e clareza do que é transmitido.

Como visto, a palavra “informação” pode ter várias definições. Nesta pesquisa informação é estudada de acordo com o conceito de Ciborra (1992), que afirma que a informação pode ser compartilhada somente se, em ambas as pontas, o mesmo entendimento do contexto relevante estiver disponível e se os atores presentes na troca de informações entenderem o sentido dos sinais transmitidos e recebidos, fazendo referência a contextos similares de interpretação.

Embora a informação seja importante em qualquer organização, em especial no governo, o que se busca é refletir sobre a influência que uma informação de qualidade pode ter no entendimento e na tomada de decisões acerca de uma política. A informação pública ganha cada vez importância como instrumento na tarefa de guiar as expectativas dos cidadãos. Assim, podemos dizer que, no geral, a informação está sempre submetida a um processo de interpretação e também de tomada de decisão. Para Frank (2013, p. 178) é neste cenário que “embora a qualidade das decisões possa sempre ser melhorada pela recolha inteligente de informação, é quase impossível adquirir toda a informação potencialmente relevante”.

Deste modo, a informação deveria permear todos os ambientes do governo e contribuir para a tomada de decisão tanto dos gestores públicos quanto do cidadão em recepcionar ou não a política. Com isso, a informação deve ser processada com o propósito de reduzir ou evitar a incerteza e apoiar a tomada de decisão (CHOO, 1998).

Ainda para Choo (2006): “As necessidades de informação são condicionais, dinâmicas e multifacetadas, e uma especificação completa só é possível dentro de uma rica representação do ambiente total em que a informação é usada” (CHOO 2006, p.406). Portanto, diversas decisões da sociedade são tomadas com base em informações disparadas pelo governo. Assim, **a capacidade do poder público de exercer influência sobre as**

decisões dos cidadãos está diretamente relacionada à forma como ele informa sua política pública.

A cautela deve ser quando a comunicação governamental atua para guiar as expectativas do cidadão e influenciar suas decisões. Assim, o poder público reconhece a comunicação como um meio importante de influenciar expectativas e decisões. O mais importante é utilizar a opinião do cidadão como um elemento a ser considerado durante a elaboração e implementação das políticas públicas.

Clemen (1996) reforça que a fim de se evitar uma escolha prejudicial, o agente decisor deve se utilizar de informações de qualidade. Para ele, é preciso tomar os cuidados necessários, pois o processo decisório, muitas vezes, conta com um conjunto incompleto de informações que servem de subsídio ao processo decisório. Portanto, fica evidente que **o mais importante para a tomada certa de decisão é a qualidade da informação.**

Um modelo de comunicação governamental eficaz deve seguir essa linha e também trabalhar com a ideia de uma comunicação racional, a menos que haja interferência e distorção gerada pelos meios de comunicação, especialmente na forma de sensacionalismo e banalização. Um exemplo seria os decisores políticos exercerem maior esforço para ouvir as diversas preocupações do cidadão e explicar e articular claramente a política a ser executada, sem distorções, visando a evitar o descontentamento da sociedade.

Em outras palavras, **um público mais bem informado, poderá, assim, compreender melhor os méritos da política. Quando as informações são claras, a sociedade compreende mais a proposta e conteúdo da política e como consequência, os resultados da política indicam maior acolhimento popular durante o tempo.**

Uma das questões críticas para a comunicação governamental contemporânea é o descontentamento do cidadão com a ação governamental. A crescente demanda por maior transparência e de participação em atividades do governo é frequentemente vista como um processo de democratização entendido como a crescente participação de diferentes grupos de interesse na tomada de decisão política.

Nesse contexto, a qualidade das informações geradas pelo governo num processo de execução de uma política pública é ainda mais importante porque vai atingir diretamente toda

a população ou um pelo menos um grande número de pessoas. E no caso de uma situação de incerteza, o cidadão tomará sua decisão baseado na interpretação do que lhe foi oferecido.

Logo, a tomada de qualquer decisão só se efetiva de forma positiva se o cidadão dispuser das informações necessárias. Tendo consciência disso, os governantes devem informar de forma responsável, pois somente assim as ações governamentais poderão garantir maior possibilidade de sucesso. Wand e Wang (1996) avaliam que uma informação pobre em qualidade tem um forte impacto na efetividade geral de uma organização. Para Davenport e Harris (2005), o conhecimento e os critérios de decisão utilizados nesses sistemas devem ser altamente estruturados, e aliados a informações de alta qualidade para proporcionar a tomada de decisão.

No entanto, alcançar a qualidade plena de uma informação ainda é questão difícil de definir, mas que minimamente pode ser executada. Pipino, Lee e Yang (2002), propuseram mensurar a qualidade da informação sob a ótica de 16 dimensões, como mostra o Quadro 1. Seguir esses preceitos, de certa maneira, é uma tentativa de renovar a forma antiga de comunicar uma política pública, adicionando elementos como transparência, clareza e qualidade nas informações, além de mais participação popular nos processos de implementação e decisório.

Esta seria uma mudança fundamental num sistema unilateral de comunicação em que os políticos são vistos como última instância tomadora de decisão. Nesse sistema antigo a linguagem é monológica e o tomador de decisão é privilegiado por deter todos os conhecimentos pertinentes e informações à mão, assim, melhor posicionado para formular a política que lhe interessa.

Quadro 1

Mensuração da Qualidade da Informação

DIMENSÕES	DEFINIÇÕES
Acessibilidade	Em qual extensão a informação está disponível, ou quão facilmente e rapidamente é coletada.
Quantidade de Informação	Em qual extensão o volume de informações é apropriado para a resolução do problema ou para a tomada de decisão.
Veracidade	Em qual extensão a informação é considerada verdadeira e digna de crédito.
Integral/Completa	Em qual extensão a informação não está incompleta para a tomada de decisão.
Concisão	A extensão pela qual da informação é condensadamente apresentada.
Consistência	A extensão pela qual a informação é apresentada no mesmo formato.
Facilidade de Manipulação	A extensão pela qual a informação pode ser manipulada de utilizada em diferentes tarefas.
Livre de erros	A extensão pela qual a informação é correta e confiável.
Interpretabilidade	A extensão pela qual a informação está apropriada de linguagens, símbolos, unidades e clareza de definições.
Objetividade	Imparcialidade, não prejudicada e livre de tendências.
Relevância	A extensão pela qual a informação é aplicável e útil para a tarefa em questão.
Reputação	A extensão pela qual a informação é altamente confiável em termos de fonte ou conteúdo.
Segurança	A extensão na qual o acesso á informação é restrito com o intuito de manter a segurança.
Atual	A extensão pela qual a informação é suficientemente atualizada para a tarefa em questão.
Facilidade de entendimento	A extensão pela qual a informação é facilmente compreendida.
Adição de Valor	A extensão pela qual a informação é benéfica e fornece vantagens com seu uso.

Fonte: Adaptado de Pipino, Lee e Yang (2002, p. 212)

Liberatore (2001) chama atenção para um fator fundamental para essa nova condição de comunicação governamental eficiente. A autora sugere uma chamada crescente para a maior participação dos cidadãos, com potencial não só para enriquecer o relacionamento entre a tomada de decisões e os conhecimentos científicos e/ou políticos, mas também para desestabilizar ainda mais o modelo ultrapassado de comunicação entre governo e sociedade.

Liberatore (2001) identifica a crescente complexidade das sociedades contemporâneas e a reorientação dos arranjos democráticos dados ao descontentamento do cidadão. Para ela, a condição de complexidade nas constantes incertezas por parte da população aumenta a demanda por conhecimento na tomada de decisão, contribuindo, assim, para a mudança na comunicação de políticas públicas para com o cidadão.

Nesse contexto conceitual, essa pesquisa acentua que informações de qualidade em geral precisam de ser aprimoradas, uma tarefa que pode ser facilitada por uma melhor comunicação pública sobre políticas públicas. Isso está ligado, necessariamente, à recomendação de uma maior participação do público na política e na tomada de decisões. Como resultado, a comunicação governamental passa muito além de simplesmente "propaganda ou persuasão" para uma nova forma de governança contemporânea.

Negativamente, a prática governamental indica uma profunda dificuldade de acesso e de clareza das informações que norteiam as políticas públicas, principalmente, quando ainda estão no papel. Isto determina pouca confiabilidade das informações, o que resulta em um processo de gestão da informação pública deficitário.

Segundo Choo (2006):

O uso da informação envolve a seleção e o processamento da informação de modo a responder uma pergunta, resolver um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou entender uma situação. (CHOO, 2006, p.106)

Por isso, a importância da informação para todos os cidadãos, não somente para as esferas superiores, para que, então, as decisões sejam tomadas de forma apropriada e satisfatória, realmente beneficiando o cidadão. Assim, é preciso chamar atenção dos gestores públicos no sentido de que sem acesso e informação de qualidade não há tomada de decisão que se consolide de forma clara e eficiente, comprometendo, inclusive, os resultados da política que se espera.

1.3 Análise do Discurso Governamental

No entendimento da Análise do Discurso cabe refletir acerca da informação como realidade social. O foco da Análise do Discurso Crítica (ADC), formulada por Fairclough, não trata a linguagem como estrutura ou como ação individual, mas, sim, como prática social. De acordo com Fairclough (2001, p. 24), a linguagem é um elemento do social em todos os níveis: da estrutura social, das práticas sociais e dos eventos sociais.

Além disso, a ADC apresenta a informação nas organizações como forte instrumento ideológico e de poder. O que significa dizer que no contexto governamental, o uso da informação envolve também o processo de persuasão, na tentativa de impor o ponto de vista de quem fala, no caso, o poder público. Ou seja, nas palavras de Dowbor (2001, p. 08) “a informação, no entanto, é uma construção social e depende dos atores que a produzem, divulgam e utilizam”.

Fairclough (2001, p.31) complementa dizendo que a abordagem crítica do conceito de discurso é moldada por relações de poder e ideologias, bem como pelos efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Portanto, no que diz respeito ao discurso governamental é importante estudar sobre quais os principais efeitos desse discurso, principalmente em relação às pessoas que se valem do mesmo como fonte de informação. Ainda de acordo com o autor; “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (...) o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Nesse sentido, em meio ao conceito da ADC está a comunicação governamental, baseada na geração de informações importantes, inclusive, para balizar os cidadãos na tomada de decisões. Por meio dessas informações, o cidadão conhece os fatos, faz julgamento, interpretação e até toma posição sobre o fato. Além disso, a transmissão das informações pressupõe a relação da linguagem com a realidade. Desse modo, podemos considerar que uma informação governamental, como discurso, pode mudar o contexto social.

Pelo grande poder de influenciar a opinião pública é cada vez mais necessário que o cidadão passe a analisar as informações com mais profundidade e que principalmente se valha do discurso público para obter maior eficácia no sentido de se informar. Assim, podemos dizer que a linguagem governamental não pode ser pensada de forma isolada. **Nela, estão envolvidos interesses econômicos, eixos de poder, ideologias e interpretação de diversas formas.**

No contexto da informação como realidade social é importante refletir sobre o que se considera “real”. De acordo com o Realismo Crítico (RC), um aspecto relevante da ADC, não é possível se ter acesso direto ao domínio do real, de forma objetiva, pois o “mundo real” depende de questões vivenciais e empíricas. Entretanto, tratando-se de informação do governo, devemos buscar algum aspecto que seja, pelo menos por hipótese, verdadeiro, tendo em vista a dificuldade de se apontar, de fato, o que é realidade, pois é necessário analisar a natureza dos diversos conceitos de realidade no contexto da linguagem.

Fairclough (2001, p. 14) argumenta que a realidade não pode ser reduzida ao nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial. Isso também se aplica a textos: não devemos presumir que a realidade de textos seja exaurida por nosso conhecimento sobre eles. Uma consequência disso é que devemos assumir que nenhuma análise de um texto pode dizer tudo o que há para ser dito sobre ele – não existe análise completa e definitiva de um texto. O conhecimento social científico de textos é possível, mas inevitavelmente parcial.

Podemos considerar o mesmo para todos os tipos de comunicação, não somente a escrita. Como consequência, uma notícia governamental, seja ela escrita ou oral, nunca será totalmente imparcial, como um retrato fiel da realidade. Isso acontece porque a informação depende do emissor, da sua concepção do mundo, do seu momento histórico, e de outros fatores que alteram o seu ângulo de visão e de interpretação.

Dentro da visão da Análise do Discurso, a linguagem governamental está ainda intensamente marcada por ideologias. Na visão marxista, a ideologia política mascara a realidade, mostrando apenas a aparência e não a essência. A ideologia funciona como uma ferramenta de controle social, na qual a classe dominante permaneça sempre no poder.

A questão é que, muitas vezes, a informação transmitida à sociedade é tida como realidade. Uma versão dos fatos é apresentada e, geralmente, é aceita pelo receptor sem questionamentos. No caso da informação pública, são muitas vezes as palavras que permitem ao cidadão criar uma opinião sobre determinado assunto. Portanto, esse fato nos leva também a refletir sobre a influência da linguagem governamental na realidade social.

Para isso, apesar do desafio de se alcançar a precisão da informação, o estudo orientado pela ADC e pelo RC investiga, por meios dos mecanismos de causas e efeitos que operam em nível real e/ou verdadeiro, os efeitos envolvidos nas relações que cercam a informação prestada pelo governo.

1.4 Assimetria da informação

Saber mais que o outro, à priori, é deter mais poder. O mesmo também acontece com a informação, ou seja, aquele que detém mais informações se sobrepõe a quem tem menos conhecimento sobre determinado assunto. Os reflexos dessa desigualdade de informação podem ser explicados pela Teoria da Informação Assimétrica, na qual dois ou mais agentes estabelecem uma transação, mas uma das partes detém conhecimento que as qualificam ou quantificam superior à outra parte.

No âmbito dessa pesquisa, a assimetria da informação é avaliada como o fenômeno no qual a parte que detém a informação (poder público) usa desse poder em benefício próprio. Essa assimetria pode gerar diversos tipos de problemas e de falhas para os envolvidos no processo. Por exemplo, no caso do governo, o problema pode ser ainda maior quando ele tem o controle das informações e o cidadão permanece no campo do desconhecido ou da imprecisão. Esses casos facilitam o surgimento do risco moral, no qual o governo tomará decisões que o cidadão não perceba, podendo afetar os benefícios que a parte menos informada poderia receber.

Assim como as assimetrias de informação dão aos controladores o poder de perseguir objetivos que são mais de seu próprio interesse do que dos acionistas, o mesmo ocorre com as autoridades públicas tomadoras de decisões, que podem impor políticas que são mais de seu interesse do que dos cidadãos. (STIGLITZ, 2001, p. 27-28).

Nesse contexto, a disponibilidade de informações está diretamente ligada à formação de estratégias. No governo, a assimetria da informação é comumente utilizada em favor do poder público, mas deveria ser ao contrário, na qual a informação de qualidade poderia, por exemplo, sinalizar a clareza de uma política pública. Além disso, essa falta de clareza para uma das partes causa uma condição de incerteza, dificultando também a tomada de decisão. Essa incerteza está diretamente ligada à imprecisão ou imperfeição na informação. No entanto, por vezes, mesmo sabendo das imperfeições temos de tomar decisões, que podem não ser as mais precisas, exatamente pelo uso de informações imperfeitas.

De acordo com Stiglitz (2001), a transparência no setor público depende da diminuição de informações assimétricas que favorecem, em particular, o poder público. Ou seja, a informação deve ser apresentada ao cidadão em sua totalidade, com clareza e com o menor número de falhas possíveis. No entanto, o cenário atual mostra a necessidade de maior atenção a este problema crônico na relação entre governo e cidadão, tendo em vista que a assimetria dificilmente será eliminada sem grande pressão, por parte da população, em obter uma base de informações sólidas e de qualidade quando de interesse público.

É possível verificar que as classes mais baixas da população são as mais afetadas pelas informações assimétricas. No contexto dos serviços públicos e das políticas públicas, a população mais pobre, apesar de pagar pelos serviços, constitui a parte da transação mais desigual no conhecimento necessário para fazer uma boa decisão ou receber o melhor do serviço, ou seja, com consequências negativas para a qualidade de vida do cidadão. Nessa concepção, o governo se torna a classe dominante e dependendo dos interesses dele, faz com que a classe dominada, conforme-se com as condições propostas.

De tal maneira, a informação assimétrica, geralmente, tem como resultado expor os desinformados à exploração potencial, a menos que exista algum mecanismo para assegurar a eficiência da informação. No entanto, com informação clara, eficaz e suficiente, o cidadão poderia superar essas assimetrias, uma vez que será capaz de entender e escolher melhor o serviço oferecido pelo governo. Portanto, o que se espera é um novo comportamento ético por parte do governo em disponibilizar a informação de melhor qualidade, a fim de fornecer à sociedade uma imagem mais precisa dos serviços oferecidos e das políticas públicas propostas.

2. O PAPEL DA INFORMAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA

A comunicação é um campo extenso de pesquisa e visões conceituais, na qual a informação é estudada sobre determinada área ou abordagem. Partindo desse campo multifacetado, a abordagem dessa pesquisa tem como visão a responsabilidade com a informação no sentido de contribuir com o estabelecimento de políticas públicas.

De acordo com os pressupostos da Ciência da Informação (CI), a informação deve atuar com responsabilidade social, na qual pode operar para o preenchimento de determinadas necessidades sociais. Assim, a informação deve ser transferida para aqueles que necessitam, servindo de apoio à sociedade. Barreto diz: “A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de significados do indivíduo, traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao progresso da sociedade em que ele vive.” (BARRETO, 1994, p.3).

No campo das políticas públicas, Souza (2006, p. 25) define: “do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. [...] As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Portanto, a informação atua como ferramenta de conhecimento indispensável na tomada de decisão e nos rumos da execução de uma política. E esse conhecimento vai atuar diretamente no desenvolvimento social e econômico, refletindo no sucesso ou fracasso da política pública.

2.1 A qualidade da informação para o sucesso de uma política pública

O sucesso de uma política pública depende da transferência de informações de qualidade já na sua fase de formulação, ou seja, antes mesma de ser aprovada pelo governo ou autoridade competente. Esse acesso prévio às informações pela sociedade pode levantar respostas a questões importantes num processo de execução de uma ação pública, como perceber se a referida política é mesmo relevante para a sociedade; se é necessário ampliar as informações a fim de provocar mudanças no projeto; de se evitar ruídos de divulgação sobre a proposta e principalmente, de aumentar o nível de participação na construção da política pública.

Gelders (2005), em seu estudo sobre os reflexos da informação na fase de formulação de políticas públicas, reforça que uma comunicação efetiva sobre as intenções de políticas pode reduzir ou evitar consequências inesperadas no futuro, como surpresas, mal-entendidos, resistências, frustrações e especulações entre os cidadãos e organizações. Para ele, essa comunicação cria uma extensão de apoio e diminui a resistência por parte do cidadão, o que cria, assim, oportunidades para afinar a política ou para reforçar a argumentação para a política (intencional).

Essa comunicação sobre as intenções de política tornou-se cada vez mais importante e ainda mais delicada durante as últimas décadas. A informação sobre os processos e a clareza no seu conteúdo são elementos que merecem atenção por parte dos planejadores das políticas, pois se tratam de suportes para alavancar a proposta, o desenvolvimento e o sucesso da política proposta. Segundo Gelders (2005), essa necessidade por uma política pública mais transparente, antes mesmo de sua aprovação, resulta, por exemplo, em menos poder autônomo para aqueles que governam. Governos são desafiados a fazer a diferença e mostrar seus esforços e boas intenções, já que os cidadãos esperam mais transparência e eficiência nas ações políticas. Portanto, dar transparência já nas intenções de política significa uma maneira atraente para demonstrar boas intenções do governo na formulação de uma política pública.

O fornecimento de informações de qualidade pelo poder público durante todo o processo de implementação de uma política é uma questão altamente relevante e delicada que merece a máxima atenção. Ou seja, é preciso conhecer a intenção política que será aceita ou

apreciada pela sociedade. Assim, os processos de formulação de políticas devem ser menos secretos e mais transparentes para o público, nos quais os políticos devem discutir as suas intenções políticas livremente com a sociedade antes de torná-las uma decisão.

Assim, os governos devem informar o público sobre as intenções de política e devem fazer isso em conformidade com padrões de qualidade adequados, ou seja, com informação completa, oportuna e factual. Se não seguir estes requisitos básicos para a boa prestação de informações, a democracia e a eficiência do governo poderão entrar em perigo, além de ameaçar a legitimidade do governo.

Esses requisitos devem obedecer a três questões fundamentais para a transparência de uma política pública. Desta forma, a informação sobre ela deve ser: **completa**, já que o conhecimento pleno deve ser baseado no máximo de informações de qualidade; **no tempo oportuno**, assim, muitas vezes a informação deve ser inclusive antecipada ao fato; e a **mais próxima possível da verdade**. Com isso, esse conjunto de cuidados com a informação possibilita ao cidadão o conhecimento necessário, com qualidade suficiente e no tempo correto, gerando uma política mais democrática, mais eficiente e melhor aceita pela sociedade.

No entanto, apesar do reconhecimento da necessidade por informações públicas eficazes, nas últimas décadas, os governos pouco têm realizado para dar maior efetividade democrática as informações. Muitas delas são frágeis, principalmente, no sentido de não serem declarações sobre o que realmente deve acontecer e como devem acontecer as políticas públicas.

Ainda de acordo com a análise de Gelders (2005), outro problema acerca da qualidade da informação governamental é que os meios de comunicação nem sempre fornecem a imagem completa do que está sendo discutido e executado pelo governo. Muitas vezes, os cidadãos têm acesso somente à decisão governamental baseada no que a mídia escolhe comunicar, influenciando fortemente na aceitação ou não da política pela cidadão.

O descuido com a forma de comunicar pode gerar uma informação incompleta, pobre, intempestiva, inconsistente, tendenciosa ou ainda polêmica gerando uma total frustração, tanto por parte do governo quanto da população. De forma negativa, o processo de omissão ou deturpação da informação ante uma decisão do poder público ainda é uma

realidade nos dias atuais. Esta prática não tem sido freada por legislações e os governos não se esforçam para mudar esse quadro. No entanto, não há dúvida que a informação, nesse contexto da qualidade, pode auxiliar na construção e sucesso de uma política pública.

Gelders (2005) apresenta ainda argumentos a favor de mais comunicação transparente dos governos sobre as suas intenções políticas. Segundo ele, são vantagens de uma melhor informação pública, por exemplo, os fatos do governo poder contrabalançar informações enganosas e/ou incorreta da oposição; da comunicação sobre as intenções de política poder reduzir e/ou evitar possíveis surpresas, mal-entendidos, resistências, frustrações e especulações, e aumento de eficiência; e ainda devido a essa comunicação, os cidadãos serem informados sobre vários pontos de vista, que é um valor democrático importante.

Assim, informações eficazes podem ajudar a revelar a medida em que as pessoas são a favor ou contra uma ideia ou se os cidadãos estão dispostos a aceitar mudanças políticas. Outro argumento para comunicar as intenções de política é que isso pode ajudar os governos a implementar e manter a política adotada. Como resultado, torna a política pública mais eficiente.

Entretanto, Seydel, Van Régua e Scholten (2002) afirmam que a abertura e a liberdade de informação - condições cruciais para a prestação de informação pública no serviço da democracia - têm evoluído ao longo das últimas décadas e agora foram ampliadas para a abertura e transparência do próprio processo de decisão política. As organizações de hoje devem ser eficazes no sentido tradicional de produzir resultados, mas também devem ser transparentes em relação ao procedimento, ou seja, são responsabilizados pelo trabalho muitas vezes complicado e os procedimentos de elaboração de políticas que fornecem a base de seus produtos ou serviços qualitativos (BOUCKAERT, 1995) .

Seydel, Van Régua e Scholten (2002) analisam que os proponentes de comunicação mais pró-ativa sobre as intenções políticas (comunicação iniciada pelo próprio governo) salientam que os cidadãos devem continuamente ser informados sobre os pontos de vista políticos e sobre se eles são controversos. O governo também ganharia mais facilmente uma compreensão realista das possíveis reações por segmentos da população através da comunicação de intenções políticas ao público. Defensores de comunicação pública sobre as intenções de política também afirmam que a política se tornaria mais emocionante e menos

isolada e como resultado, o público em geral se tornaria mais interessado na política e políticos.

É preciso ressaltar aqui, que alguns críticos acreditam ser perigoso comunicar intenções políticas ainda não executadas, a menos que a sua comunicação seja explicitamente concebida para estimular a participação popular nos processos de formulação de políticas interativas (VOLMER, 2000). Alguns entendem que comunicar intenções políticas podem trazer desvantagens como, por exemplos, o dinheiro público ser usado para espalhar propaganda; haver um aumento do risco de confusão entre as intenções políticas e decisões políticas reais; e do parlamento não ser o primeiro corpo a ser informado sobre a intenção do governo.

Essas observações, no entanto, de acordo com os conceitos estudados nesta pesquisa, são inferiores as inúmeras vantagens de se informar corretamente todo o contexto de implementação de uma política pública. Gelders (2005) argumenta também que para se alcançar esse objetivo, os governos precisam estipular critérios relevantes para uma boa comunicação específica e discuti-la com todos os intervenientes relevantes, incluindo jornalistas e cidadãos. Esses padrões de comunicação precisam ser atendidos em uma base diária. Ainda de acordo com o autor, os governos devem comunicar claramente a maneira pela qual eles pretendem comunicar sobre políticas potenciais. Neste, devem tomar cuidado para não criar altas expectativas entre os cidadãos.

Embora idealista, vale a pena especificar diretrizes para a eficaz e eficiente comunicação com a sociedade. A comunicação entre os cidadãos e o governo é negociada ao invés de absoluta (GRUNIG, 1992). Assim, é extremamente importante para o desenvolvimento da política, manter um diálogo permanente entre os atores envolvidos nas necessidades de comunicação e padrões. Gelders (2005) mostrou que esses diálogos são atualmente limitados a discussões dentro de grupos fechados (isto é, entre assessores de comunicação, partidos políticos, órgãos governamentais, associações de profissionais de comunicação ou de funcionários públicos), mas que estes grupos raramente discutem juntos e profundamente os dilemas ontológicos que perpassam a decisão de uma política pública. Por isso, o autor sugere que grupos de reflexão e universidades também se envolvam no papel de "pensadores ativos" para facilitar esse diálogo.

Para Gelders (2005), a comunicação do governo sobre as políticas potenciais pode ser defendida como sendo parte de um processo democrático pelo qual o governo aprende com os diversos pontos de vista e necessidades dos cidadãos no que diz respeito a uma questão política particular. Além disso, a extensão de suporte e resistência por parte do público, bem como a importância dos contra-argumentos dos cidadãos, poderão ser esclarecidos através de uma comunicação de qualidade sobre as políticas potenciais.

2.2 As assessorias de comunicação do governo

Diante dos desafios de uma nova comunicação governamental para com as políticas públicas voltadas ao cidadão, também são necessárias novas práticas dos profissionais de comunicação que atuam no governo. Geul (2001) afirma que a comunicação pública tem se tornado cada vez mais importante, mas que este não é o caso apenas para os profissionais de comunicação. A maioria dos trabalhadores que lidam com informações do governo também devem se concentrar em informar com qualidade.

Segundo Brandão (2005) as assessorias tem como objetivo central a construção da imagem de uma instituição, preocupando-se muito mais com seu relacionamento com a mídia do que com o cidadão, que deveria ser seu foco. Essa preocupação com a produção e divulgação deve ser refletida no tocante ao gerenciamento da informação governamental, produzindo a necessidade de elaborar, pensar, organizar, decidir e divulgar a informação pública. E esse papel depende principalmente dos assessores de comunicação. Tais profissionais precisam ainda lidar com a pressão da sociedade, que exige agilidade e transparência nas suas demandas, gerando com isso, um conflito com a forma como o governo conduz a comunicação de uma política pública.

Van Ruler e De Lange (2002) apostam em um novo tipo de comunicação, ou seja, uma comunicação administrativa. Esse modelo não é esperado dos assessores de comunicação, o que deixa margem para os desacordos da informação, ou seja, na prática, a administração da informação não é uma parte estrutural da profissão. De acordo com Rijnja e Meuleman (2004) muitas vezes, os assessores de comunicação do governo desempenham um papel inequívoco e controverso na fase de execução e decisão da política. Esses profissionais de comunicação raramente estão sentados à mesa no início do processo de elaboração de

políticas. Entretanto, embora esses profissionais não desempenhem grande papel na preparação da política, deveriam ter maior participação em todo o processo para apoiar a interação com as partes interessadas.

Rijnja e Meuleman (2004) indicam dois elementos importante nessa discussão: aumentar o número de profissionais de comunicação na fase inicial de formulação de políticas e fortalecer as habilidades comunicativas dos profissionais da política. Os autores salientam que o conceito de comunicação é mais claro durante a fase de implementação da política do que na fase de preparação da política. Conseqüentemente, os assessores tentam comunicar a política de uma forma compreensível, mas também é necessário que os decisores políticos primeiro tornem as políticas compreensíveis.

Este comportamento do assessor de comunicação apresenta novas relações entre comunicação política e políticas públicas, na qual vai muito além da tendência tradicional de oferecer informação e persuasão. Smits (2001) **avalia que os comunicadores do governo precisam deixar de serem conhecidos funcionários públicos, geralmente encarregados de proteger seus superiores, para se tornarem participantes ativos e porta-voz das políticas públicas.**

Uma parte crucial deste processo é a necessidade de profissionalização da comunicação do governo, mudando o foco anterior que era simplesmente sobre a informação e persuasão do público. Agora, a ênfase primordial está na gestão da comunicação, ou seja, na melhor atuação dos profissionais de comunicação que detêm um papel fundamental na condução e desempenho da política. De acordo com o pensamento de Calazans (2010), trabalhar a informação de modo a atender a todas as pessoas é um desafio constante dos meios de comunicação; e fazer-se entender de forma clara, sem ambiguidades requer uma avaliação criteriosa dos meios e um profundo conhecimento do público alvo.

A dimensão crítica dessa tendência é maior quando a mídia começa a colidir com o sistema político e seu conjunto específico de regras operacionais. Por exemplo, enquanto deliberação e processos políticos precisam de tempo para desenvolver, a mídia reduz o tempo de acordo com suas necessidades, reduzindo questões e debate para discretos itens descontínuos que são prontamente sujeitos a formação de opinião pública. Johnson (2001) e

Morris (1999) apontam que nesse cenário, os consultores políticos e comunicadores profissionais não devem ser mais assessores de bastidores, mas devem mudar-se para o centro do palco, participando efetivamente do jogo político que exige profissionais de comunicação como gestores (Novotny 2000). Gaber (2000), Gandy (2001) e Jonhson (2000) acreditam que os novos profissionais de comunicação são fundamentais nos negócios em curso do governo. De acordo com eles, os comunicadores devem aplicar técnicas racionais para contribuir com a prática da política moderna e para isso, um dos instrumentos fundamentais no repertório desses novos profissionais são as várias técnicas de acessar e avaliar as atitudes e sentimentos sociais, assim, ouvindo a sociedade.

A comunicação no desenvolvimento de políticas é vista como uma forma de re-legitimar a ação governamental e os novos profissionais desempenham um papel fundamental na promoção e facilitação desta estratégia. Portanto, as comunicações governamentais contemporâneas podem ser entendidas como uma espécie de governança, nas quais informação e gestão tendem a se juntar num novo processo de racionalidade.

De acordo com Miranda (2010, p. 99), “fazer gestão da informação significa dirigir e dar suporte efetivo e eficiente ao ciclo informacional de uma organização. [...] A informação é um recurso estratégico que deve estar alinhado aos requisitos legais e políticos do negócio e, como qualquer recurso, deve ter sua produção e uso gerenciados adequadamente”. Quando a informação é tratada como um processo de gestão, é possível verificar necessidades, falhas e quais pontos precisam ser melhorados. Os gestores da comunicação podem configurar esse cenário atundo de forma adequada na execução da política pública e fazendo com que as informações de valor cheguem ao cidadão de forma eficiente, ou seja atendendo às expectativas sociais.

Na amplitude da ação governamental, esta nova racionalidade de comunicações permeia toda as operações e torna-se uma dimensão essencial da governança. Neste sentido, a comunicação deve ser orientada tanto interna como externamente . É um meio para reorientar a coordenação social e as conexões entre os cidadãos. As qualidades genéricas deste processo informacional moldam uma política para além do Estado (HANSEN et al 2001).

A definição e a racionalização das informações é de fundamental importância para o alcance dos objetivos das organizações; para o setor público, tais organizações cuidam de informações em nome do governo e devem cumprir certas obrigações perante a sociedade. Assim, “a compreensão e o estudo dos fluxos de informações como processos que agregam valor à informação podem ser explorados para a promoção da governança no setor público” (MIRANDA, 2010, p. 97)

Outro ponto fundamental nessa perspectiva é a necessidade da ética profissional do assessor do governo. Apesar da utopia de uma informação totalmente comprometida com o bem estar social, ainda há na profissão um grande número de profissionais preocupados com o mercado e com o sistema político, comprometendo seriamente o objetivo da informação pública. Léon (2005) reflete sobre a necessidade de jornalistas que realmente trabalhem pelos cidadãos e cidadãs e não para consumidores e consumidoras. No caso de jornalistas que atuam no governo esse problema é ainda mais crônico, pelas consequências sociais irreparáveis que uma informação deturpada pode causar.

De acordo com Mintzberg (1973), a forma de se comunicar, o modelo ou ferramenta utilizada, a percepção do público-alvo, a linguagem da informação são elementos que permitem a eficácia da comunicação ou a geração de ruídos que comprometem a informação que é o conteúdo da mensagem que se quer transmitir. Assim é possível avaliar que a relativa falta de capacidade técnica de comunicação do governo tem refletido na falta de disponibilização de informações adequadas ao público e neste quadro, exigências da sociedade para uma maior transparência e capacidade de resposta pode ser visto como intrínseco à comunicação do governo, que depende fundamentalmente do bom trabalho do gestor da comunicação.

O problema recentemente foi reaceso no atual governo federal que vem se desgastando com declarações desencontradas feitas por autoridades da própria equipe. Para tentar sanar as questões, o Palácio do Planalto anunciou a possível nomeação de um porta-voz para atuar como principal interlocutor da presidência. Nos últimos governos, a maioria das políticas públicas vinha sendo anunciadas pela clássica mesa de coletivas, compostas por autoridades relacionadas à iniciativa. No entanto, grande parte desses anúncios foi alvo de críticas pelas informações confusas, incorretas e equivocadas, que, muitas vezes, causaram

transtornos tanto para a população, quanto para o próprio governo. (Vide anexos VI, VII e VIII).

De tal forma, a atuação de um porta-voz seria um meio viável que poderia eliminar os desencontros de informações que saem de diversos pontos do governo, contudo este profissional, mais do que fazer gestão de crise, precisa atuar de forma integrada e comprometida com a informação pública, explicando adequadamente as políticas do governo para toda a população.

2.3 Informações para a cidadania e o desenvolvimento

Por muito tempo, a comunicação governamental era praticamente baseada pela informação que o poder público queria divulgar ou pela persuasão e/ou intenção política, tornando as informações muitas vezes artificiais e não confiáveis. Com o passar dos tempos, se iniciou uma cobrança por uma comunicação para a cidadania, ou seja, uma comunicação pública voltada para servir os cidadãos mais do que a políticos e a jornalistas, e, principalmente para promover um amplo sentido de participação popular no governo, satisfazendo o compromisso com a democracia e com o desenvolvimento do país.

O debate acerca da informação pública ganha ainda mais espaço na sociedade contemporânea por sua importância na divulgação de assuntos que permeiam o campo social. A necessidade de informação e principalmente da acessibilidade faz com que o cidadão comece a perceber o perigo que representa o monopólio das informações. A relação recíproca do conhecimento entre governo e sociedade implica uma forma de consolidar a cidadania, na qual o poder público permite ao cidadão uma condição real de participação nas questões públicas. Assim, quanto mais informação, mais chegamos perto da cidadania e quanto mais informação de qualidade, mais fortalecida estará a relação horizontal do conhecimento entre governo e cidadão.

Como consequência, a informação assume papel fundamental nas pautas que permeiam a sociedade e se divulgada de forma correta pode gerar uma comunicação adequada e ética, o que também fortalece a relação democrática entre governo e sociedade através da abertura do processo de formulação de políticas públicas que vão proporcionar mais

desenvolvimento ao país. De tal maneira, a informação divulgada pelo governo poderá servir de base para o cidadão entender a política pública e se relacionar com ela, de modo a contribuir com que essa política seja efetivada com fins de realmente beneficiar a sociedade.

Esse debate no qual a informação pode contribuir com mais cidadania e proporcionar mais desenvolvimento, deve ser permeado pela necessária relação dialógica entre poder público e cidadão, o que vai interferir nos campos político, econômico e social, e, inclusive nas questões éticas que envolvem a comunicação pública.

Para que isso ocorra é necessário ampliar a garantia do acesso à informação pública e da qualidade do que é divulgado. É preciso também cobrar do Estado a inclusão do cidadão nos debates das políticas públicas, possibilitando que a sociedade participe efetivamente das ações que trarão desenvolvimento ao país.

De acordo com Brandão (2005), a comunicação governamental somente se efetiva quando o Estado e o governo estabelecem um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, como forma de estabelecimento da cidadania e da democracia, a partir do potencial de interferência social perante as ações do Estado.

Kunsch (2013, p. 4) analisa:

A instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum. [...] É a instituição que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social.

Para se alcançar esses princípios, seria imprescindível que a comunicação governamental colaborasse de fato com o desenvolvimento econômico e social do país. Sua linguagem deve realmente ser alinhada com o interesse público, de forma que as informações divulgadas pelo governo favoreçam conhecimento, diálogo e participação nas políticas públicas. Duarte (2007, p.105) afirma que a comunicação é o ponto de partida e de encontro para o processo da cidadania. E as informações do governo devem ser o fluxo inicial dessa comunicação que se espalhará para a mídia e para a sociedade, as quais devem abastecer-se de

conteúdo verdadeiro e de qualidade, capazes de balizar de forma positiva o conhecimento e as decisões do cidadão.

Além disso, o governo deve trabalhar com o conceito de Comunicação para o Desenvolvimento, na qual a informação deve ser concebida em ações que almejam a transformação social. De tal forma, o poder público deve fazer uso de ferramentas de comunicação capazes de organizar e comunicar conhecimento, buscando influenciar diretamente a construção ou revisão de políticas públicas. Isso significa dizer que essas informações governamentais devem aumentar a conscientização sobre as políticas, trazer melhorias e resoluções para o que está em curso, mostrar caminhos novos para a sociedade e mudar ações que possam prejudicar o desenvolvimento do país.

Esse modelo de informação governamental não é tarefa fácil, tendo por traz as reais intenções da política brasileira. No entanto, a melhoria das práticas na dissipação de informações públicas contribui muito com os objetivos do poder público. A gestão da informação pode trazer uma série de benefícios e eficiência às políticas públicas e como consequência fortalecer a ação do governo, trazendo mais desenvolvimento ao país por meio de políticas de sucesso, que foram apoiadas pela sociedade em decorrência da clareza dos fatos.

3. POLÍTICA ECONÔMICA: ESSENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

Não há na história nenhum registro de um jornal sem fatos econômicos. A informação econômica já nasceu com a história da imprensa. A política econômica sempre foi pautada pelos meios de comunicação em decorrência da influência que ela exerce sobre a vida das pessoas. Assim, o comportamento da economia deve ser devidamente informado para que o cidadão possa entender o funcionamento do país e todas as atividades essenciais que o cerca, como saúde, educação, trabalho e desenvolvimento. Não existe nenhum bem social que não esteja literalmente ligado à economia do país.

Para que a população obtenha informações econômicas adequadas é, no entanto, necessário que a imprensa e os vinculadores dessas informações façam uso de dados oficiais divulgados pelo poder público. A população brasileira ainda depende muito do governo, que interfere excessivamente na economia e detém os dados mais importantes em relação à vida econômica do cidadão. Assim, a informação econômica é ainda mais importante no contexto do desenvolvimento social e não pode ser encarada, de modo algum, como um bem do governo, mais sim como um bem público. Além disso, a mentira e/ou a manipulação de uma informação governamental deve ser amplamente combatida, devido ao impacto negativo que pode causar na sociedade.

O poder público precisa, portanto, trabalhar de forma ética e responsável suas informações econômicas, que irão subsidiar a mídia a informar melhor os dados, além de colaborar de forma positiva com a população e com o mercado na tomada de decisões. A informação econômica é um bem tão importante que todos os divulgadores, seja governo, jornalistas, mídia, economistas, ou iniciativa privada, deveriam estar mais preparados e comprometidos com os efeitos e impactos que ela pode gerar.

Uma sociedade bem informada sobre suas políticas econômicas é uma sociedade mais próxima do desenvolvimento. Seria um grande êxito resolver todos os problemas econômicos do país, no entanto, a informação é um dos caminhos que nos leva ao conhecimento e a tentativa de acerto. E nesse passo, o governo antes de informar para o mercado, deve ter o foco em informar para o cidadão.

3.1. Particularidades da informação econômica

Na atualidade, poucas pessoas dizem entender sobre Economia porque o assunto é considerado complexo e de difícil assimilação frente aos assuntos da vida diária. Em geral, essa é uma pauta restrita a especialistas, a profissionais de finanças e do governo e não fazem parte da rotina da população em geral. No entanto, nesse período em que o mundo passa por crises econômicas, a discussão até aparece com mais frequência entre as pessoas. A questão é que a população, principalmente as de escolaridade mais baixa, costuma apenas ter opiniões imediatas baseadas nas notícias jornalísticas que, geralmente, trazem temas relacionados ao custo de vida, a impostos, a gastos públicos e a taxas de juros.

É comum que dados econômicos causem frustração no cidadão, tendo em vista uma linguagem árdua e técnica, conhecida como “economês”. Esses termos estranhos e desconhecidos, o excesso de números e de gráficos encontrados constantemente nas informações econômicas, muitas vezes, dificultam uma comunicação simples, clara e direta. Kucinski (2007) avalia que mesmo a população mais instruída ainda não consegue decodificar as notícias econômicas.

Para o grande público, a economia adquiriu, ao mesmo tempo, significados elementares, ligados ao seu dia a dia, e outros abstratos, de difícil compreensão. O desafio de traduzir processos econômicos complexos em linguagem acessível não foi vencido, seja porque os processos econômicos se definem num outro plano de saber que não o do saber convencional, seja devido à sua instrumentalização ideológica crescente. (KUCINSKI, 2007, p. 14)

Entretanto, a informação econômica é, a todos, fundamental para a tomada de decisão tanto em níveis, individuais, quanto coletivos. Mas, a especificidade dos temas e a forma como são abordados fazem com que a maioria das pessoas se sinta desestimulada a entender o verdadeiro teor da informação. É importante saber cada vez sobre políticas econômicas, que refletem diretamente na qualidade de vida do cidadão. E para isso, o governo seria a forma mais direta e mais confiável em informar à sociedade.

Será que a população consegue mesmo entender quando o poder público divulga dados ou informações acerca de suas políticas econômicas? Fato é que, geralmente, se apresentam com um discurso incompreensível para a maioria das pessoas. Divulgar tais informações de forma clara e verdadeira não é somente dever do jornalismo, mas

principalmente dos governos que têm obrigação de torná-las mais acessíveis e relevantes para o cidadão, tendo em vista as peculiaridades que envolvem os interesses da política e a da linguagem econômica.

Assim, o poder público desempenha um papel fundamental para a sociedade: o de informar e de indicar os rumos que o cidadão pode tomar em termos econômicos. Ou seja, de informar claramente o impacto que aquela ação ou política causará na vida das pessoas. O grande desafio está em dar clareza aos dados econômicos que estão cobertos de números, gráficos e fórmulas e que muitas vezes são utilizados com o intuito de confundir e de manipular o cidadão e/ou o mercado.

Kucinski (2007) reforça atenção à ideologia marcante nas informações econômicas. De acordo com o autor, a disfunção da linguagem econômica talvez tenha uma função ideológica e muitas vezes, a informação não se propõe a explicar e sim a seduzir. Pensar essa linguagem deveria ser uma preocupação constante de todos que trabalham com comunicação econômica, pois o objetivo, além de simplesmente informar, é oferecer informação acessível, eficiente e crível. Essas características são obtidas por meio de informação de qualidade, com coerência e clareza dos dados. Uma informação econômica mal elaborada pode ter consequências nem sempre positivas e muitas vezes, desastrosas.

Basile (2011) diz que mais difícil que entender uma informação econômica é produzi-la com integralidade. Segundo ele, a linguagem econômica precisa de compromisso, abandoná-la significa abandonar o cidadão à própria sorte, “informações econômicas bem construídas devem, invariavelmente, conduzir a melhoria de alguma coisa no funcionamento da sociedade.” (BASILE, 2011, p. 10)

Kucinski (2007) acrescenta: “o público referencial da informação econômica deve ser a população em geral [...] mesmo que seu público funcional seja específico. A economia e as políticas econômicas devem ser julgadas pelo critério do interesse público”. (KUCINSKI, 2007, p.181). Nesse passo, o compromisso com a informação deve selecionar conhecimentos relevantes que reduzam incertezas da sociedade; pois é preciso referir-se à realidade econômica a fim de subsidiar o cidadão com os conhecimentos necessários para fazer seus julgamentos e tomar suas decisões. E a atuação do poder público pode ter um papel

extremamente importante nos efeitos do entendimento e das atitudes da população no que diz respeito a questões econômicas.

3.2 A divulgação governamental das políticas econômicas na atualidade

Ao longo das últimas décadas foi possível registrar mais visibilidade para com as políticas públicas, em especial as econômicas, devido ao fato do Brasil ser mundialmente conhecido por uma economia instável, periodicamente em crise. As políticas econômicas brasileiras passam a ter maior destaque a partir de 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek que apresentou ao povo brasileiro um corajoso Plano de Metas que prometia trazer o desenvolvimento de cinquenta anos em apenas cinco de governo.

Depois do Plano de Metas, várias outras ações governamentais chamaram a atenção da população, tendo maiores destaques o Plano Collor em 1990 e a decretação do Plano Real, em 1994. Como consequência dessas grandes políticas, acompanhamos também o crescimento do interesse popular por maior participação nas iniciativas econômicas.

Podemos avaliar que desde esse período, os governos não mudaram muito a forma de comunicar suas políticas econômicas. Na maior parte das vezes foram divulgadas como uma espécie de salvação para a economia brasileira ou como solução para o desenvolvimento de algum setor problemático. Além disso, nas últimas décadas, o poder público quase sempre difundiu o crescimento da economia de forma positiva. Em particular nos últimos 14 anos, o crescimento econômico foi apresentado como uma conquista sem precedentes na história. Até mesmo nos maiores períodos de crises, os governos evitaram falar abertamente sobre os problemas da economia. O papel de contrabalancear essas informações ficou a cargo da mídia e dos especialistas da área.

Muitas vezes a “política” interfere nesse contexto, tratando a comunicação como um mal necessário e fazendo uso dela para obter interesse próprio. O discurso econômico facilita essa manipulação, pois os fatos precisam ser interpretados com base em processos, leis ou relações econômicas, muitas vezes, conflitantes. Pereira (2005) retrata que divulgar os bons resultados alcançados na economia é aconselhável, pois as sinalizações do governo tendem a

gerar um efeito psicológico positivo sobre os agentes econômicos. Porém, o que é desaconselhável, é vender ilusões.

Na contramão dos últimos governos, a imprensa insistente em mostrar que a economia brasileira vai mal há décadas e que os números não deixam dúvidas sobre a gravidade do problema, muito embora se tente mascarar a realidade com interpretações convenientes, muitas vezes sonhando informações dos próprios órgãos governamentais e assegurando a efetividade das políticas econômicas.

Para Basile (2011), isso ainda ocorre porque a maioria das pessoas simplesmente não compreende os mecanismos econômicos que influenciam diretamente a vida do cidadão.

As notícias surgem. Produzem seus efeitos e com frequência formam consensos de opinião inapeláveis, com uma velocidade espantosa, muitas vezes antes mesmo que as pessoas envolvidas na notícia tenham podido se manifestar. (BASILE, 2011, p. 204).

Basile (2011) acrescenta: “Não temos noção clara de quais são os fatores econômicos que acabarão por ter influência direta sobre nossas vidas. O valor intrínseco da informação, portanto, é o de conferir significado a esse quebra-cabeça gigantesco e misterioso. Tais fatores são ainda mais enigmáticos quando procuramos compreender o significado das notícias econômicas”. (BASILE, 2011, p. 16). Para isso, é necessário que o governo crie condições para que a informação sobre suas políticas econômicas não se perca pela imprecisão e mais ainda, que sirva não apenas para o mercado, mais sim para proporcionar avanços ao país e para trazer reais melhorias ao cidadão.

Cidadãos não são clientes. São cidadãos. Notícias são notícias e “não serviços ao consumidor”. (BASILE, 2011, p. 46). Kucinski (2007) chama atenção para dois perigos que naturalmente circundam a divulgação das atuais informações econômicas. O primeiro é a imprecisão da informação, principalmente na definição de indicadores econômicos, visando impressionar a opinião pública. O segundo são as “falácias do discurso econômico”, principalmente quando geradas pelo poder público. Para ele, abusa-se de argumentos com premissas aparentemente corretas, mas cujas conclusões são falsas. “Quase tudo pode ser provado em economia, manipulando-se estatísticas. [...] Na economia, o que é verdade para

um agente econômico pode ser falso para o conjunto dos agentes econômicos.” (KUCINSKI, 2007, p. 24)

Para escapar das falsas relações econômicas, é necessário cobrar ética do poder público em relação aos dados oficiais divulgados, além do cuidado necessário com as generalizações e premissas constantes nas informações econômicas. Além disso, para melhorarmos a divulgação delas é preciso acabar com a outra premissa extremamente perigosa, cujo argumento é de que governo e imprensa não caminham juntos. Nesse contexto, o jornalismo apenas se aproxima do poder público para obter os dados oficiais e depois disso se recolhe a sua liberdade de expressão. Para as políticas econômicas essa relação de distanciamento entre os dois atores é mais uma ameaça para a clareza e implementação da política.

Já a adequada divulgação de uma política pública depende da atuação na difusão da proposta, tanto por parte do governo com as informações oficiais, quanto por parte da imprensa em difundir a importância e os interesses envolvidos na iniciativa. No entanto, o sucesso ou o fracasso de uma política econômica não pode ser reduzido apenas à atuação do Estado, pois ela pode ser benéfica à sociedade, mas contrária à vontade de grupos poderosos capazes de mobilizar recursos suficientes para impedir sua implementação. Nestes casos, por exemplo, governo e imprensa devem unir-se fazendo com que a sociedade compreenda os interesses envolvidos e quando uma das partes deixa de fazer isso, permite que a sociedade a ser beneficiada seja prejudicada por não perceber a relevância na implementação e execução da política.

3.3 Perspectivas por informações eficazes de políticas econômicas

Estabelecer informações eficazes acerca das correlações existentes no campo das políticas econômicas é uma tarefa árdua, tendo em vista a complexidade da Economia. Contudo, compreendê-las é um comportamento importante porque as políticas econômicas são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. São por meio dessas iniciativas que o governo vai definir como espera que economia do país ande. E essas medidas podem alterar muitos fundamentos da economia nacional, como exemplos, a distribuição de renda, a criação de empregos e a inflação.

Assim, acompanhar e fiscalizar essas medidas tão importantes para a população somente é possível com informação e requer do cidadão mais conhecimento da área. A experiência internacional mostra que o melhor conhecimento sobre o funcionamento das políticas econômicas aumenta sua eficácia. No entanto, no Brasil, discussões mais consistentes sobre os problemas das informações econômicas são fortemente restritas à especialistas e em alguns momentos convenientes, à mídia.

De acordo com Canela (2008) quando a falta de informação atinge o cidadão e principalmente os atores organizados, a possibilidade de as políticas públicas formuladas atenderem às reais necessidades da população decresce de maneira diretamente proporcional ao déficit informacional. Se tomarmos esse entendimento para o campo das políticas econômicas, os efeitos negativos se tornam ainda maiores, pois os resultados negativos das iniciativas econômicas podem gerar sérios impactos sociais e comprometer gravemente a vida financeira dos cidadãos, além de potencializar ainda mais os interesses do governo.

Tombini (2011) avalia que a modelagem da economia é tarefa útil, mas complexa, que evolui com o tempo e que está sempre sujeita a erro. Para ele, não há manual econômico, algo que mapeie de antemão todas as possíveis contingências em um cenário volátil que se constitui a economia mundial. Por isso, a comunicação econômica se torna ainda mais complexa e difícil para todos os setores. Mas a realidade aponta que há uma tendência maior do poder “político” em comunicar de forma inconsistente suas políticas econômicas. De tal forma, quando o governo negligencia uma informação econômica, ele assume o poder central de direcionar a proposta para o interesse próprio.

Diante desse cenário perigoso, a comunicação torna-se um aspecto cada vez mais importante para as políticas públicas. No caso das econômicas essa evidência sugere que a informação é uma ferramenta fundamental para o governo, uma vez que tem a capacidade de mover os mercados financeiros, de melhorar a previsibilidade de decisões de política monetária, e, potencialmente, ajudar a alcançar os objetivos econômicos governamentais.

Principalmente, nos períodos de crises na economia e de instabilidade política, informações transparentes sobre as políticas econômicas do país são fundamentais para

reduzir incertezas e apontar os rumos que a sociedade deve seguir. Janot e Mota (2012) apontam, por exemplo, que atualmente os comunicados econômicos do governo são responsáveis pela reação do mercado financeiro, e com isso, conseqüentemente, atingem também o comportamento do cidadão em relação a atitudes econômicas. Os autores exemplificam essa importância citando o trabalho do Banco Central que vem conduzindo a política monetária de forma mais transparente e usando a qualidade da informação como meio para explicá-la e como forma de dar credibilidade às ações do BC.

De acordo com a pesquisa dos autores:

os resultados sugerem que a comunicação do BC ajuda a reduzir as incertezas do mercado em relação à trajetória da taxa de juros, tornando os agentes mais bem informados. A ata do COPOM se mostrou um instrumento de comunicação mais eficaz para o curto prazo (até seis meses) enquanto a divulgação do Relatório de Inflação reduziu significativamente a volatilidade da curva de juros para maturidades de seis meses a dois anos. (JANOT E MOTA, 2012, p. 25)

Portanto, os dados reforçam que a informação governamental quando bem orientada pode trazer uma série de benefícios para o próprio poder público e também para a sociedade, servindo de instrumento para guiar o mercado e as expectativas do público.

No entanto, Nicolay e Montes (2012) ponderam que em relação ao Brasil os cuidados com a informação econômica ainda são limitados. Eles apontam que apenas em países mais desenvolvidos existe uma verdadeira preocupação dos formuladores de políticas em oferecer informações que sejam capazes de revelar maior visibilidade acerca do comportamento futuro da economia, com o objetivo de orientar expectativas e permitir um melhor planejamento por parte do público. Em relação ao Brasil, sustentam: “No tocante ao “paradoxo da comunicação”, para um país que adotou o regime de metas para inflação, o desenvolvimento da transparência e das práticas de comunicação com o público é essencial para a conquista de credibilidade do regime”. (NICOLAY E MONTES, 2012, p.3)

Assim, a clareza das políticas econômicas somente será possível se o governo comprometer-se a reportar o que realmente diz a proposta. Caso contrário será muito difícil à população menos instruída entender claramente os efeitos da informação e/ou da política pública lançada. Nessa perspectiva por informações de políticas econômicas eficazes, o que

se espera do poder público e dos gestores de políticas é que naturalmente dediquem parte do seu esforço ao aprimoramento de suas capacidades comunicativas, dada a relevância e especificidade que área econômica requer.

4. APLICAÇÃO DA PESQUISA: UM MODELO DE INFORMAÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Quanto aos procedimentos metodológicos, essa pesquisa classifica-se como explanatória, ou seja, é baseada em levantamentos bibliográficos e documentais. Apresentamos também uma análise qualitativa e em estudo de caso. Segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.

Com base nos conceitos teóricos de Gelders (2005) e de Pipino, Lee e Yang (2002) acerca da qualidade da informação, realizamos a construção de um novo modelo conceitual de análise qualitativa (quadro 2) que aponta teoricamente os critérios necessários para se alcançar informações de qualidade no contexto da implementação de políticas públicas.

O quadro é composto pelas três definições de Gelders (2005), na qual duas delas (completa e veracidade) também estão abordadas pela teoria de Pipino, Lee e Yang (2002). A definição de oportunidade (Gelders, 2005) é complementar e foi incluída como a 17ª dimensão a ser avaliada no modelo.

Quadro 2

Modelo qualitativo de avaliação da qualidade da informação de políticas públicas baseado na conceituação teórica de Gelders (2005) e de Pipino, Lee e Yang (2002)

DIMENSÕES	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Acessibilidade	<p>A política pública deve ser disseminada e acessível ainda na fase de formulação da proposta, de tal maneira que a sociedade possa discutir e participar do seu processo de implementação, aprovação, execução e avaliação.</p> <p>A acessibilidade às informações é fundamental para que o cidadão possa receber, de diversas maneiras, conteúdos suficientes para construir seu conhecimento sobre a política. Para isso, o governo deve prover formas de comunicação que assegurem a acessibilidade das informações para a população.</p>

Quantidade de Informação	<p>A democratização e inteligibilidade de uma política pública dependem fundamentalmente da sua divulgação. Quanto mais informação o cidadão receber mais possibilidade de conhecimento ele terá para participar da proposta e para a tomada de decisão.</p> <p>O governo deve exaurir os canais de comunicação, públicos e privados, com informações suficientes para esclarecer a política e seus efeitos.</p>
Veracidade	<p>A veracidade das informações é fundamental para a credibilidade de uma política pública bem sucedida. Informações inverídicas ou tendenciosas comprometem o apoio da política pela sociedade e a credibilidade do governo.</p>
Integral/Completa	<p>O acompanhamento e a tomada de decisão mais acertada sobre uma política pública dependem de informações completas e integrais, de modo que assegurem o real conhecimento da intenção e resultados da política.</p>
Concisão	<p>Uma informação concisa da política pública também é importante para a recepção da sociedade, trazendo maior clareza para a proposta. Ou seja, quando as informações são muito aleatórias causam conflitos de entendimento e a forma concisa como ela é informada pode contribuir com a compreensão do cidadão.</p>
Consistência	<p>A consistência da informação pública é extremamente importante para ao conhecimento da política. Uma informação consistente reforça a credibilidade da ação governamental. Ou seja, acreditar na proposta de uma política depende muito da consistência das informações prestadas.</p>
Facilidade de Manipulação	<p>As informações públicas devem ser livres de formatos que facilitem a manipulação. Logo, as informações sobre políticas públicas devem evitar meios que dificultem sua transparência, usando para isso uma linguagem clara, acessível e inteligível.</p>
Livre de erros	<p>As informações precisam ser livres de erros, uma vez que eles podem corrompê-las com tendências. Erros geram a inconfiabilidade da política pública.</p>
Interpretabilidade	<p>A política pública precisa ser compreendida na sua essência para que realmente seja democrática. A interpretabilidade da informação é garantida por mecanismos de transparência, como linguagem clara e direta que contribua com a compreensão do que se quer informar.</p>

Objetividade	A objetividade da informação também é natureza imprescindível no sucesso de uma política pública, principalmente na fase de apresentação para a sociedade. Fazer-se entender de forma rápida e imparcial gera benefícios para a aceitação da política.
Relevância	A política pública somente poderia ser aprovada com base na sua relevância para a sociedade.
Reputação	A divulgação de políticas públicas deve sempre ser informada por meio de conteúdos e fontes que tenham credibilidade e reputação. Se os conteúdos e fontes da informação forem alvos de desconfiança, há uma grande possibilidade de haver também questionamentos acerca da intenção da política. A política pública deve preferencialmente ser divulgada por um assessor de comunicação ou porta-voz preparado para explicar a proposta, evitando-se a apresentação por meio de autoridades.
Segurança	As informações sobre políticas públicas devem ser as mais disponíveis possíveis. A segurança de uma informação somente pode ser alegada pelos governos se realmente for imprescindível à segurança nacional. Caso contrário, os cuidados devem ser tomados a fim de que informações importantes não fiquem restritas ao poder público. Por muitos anos, o sigilo de informações econômicas foi atributo usado para garantir a segurança e êxito da política monetária.
Atual	O fluxo constante de informações é fundamental para que o cidadão conheça a integralidade da política pública, A necessidade de atualização das informações públicas garante que a política não caia no esquecimento e que a sociedade se mantenha atenta sobre seus efeitos.
Facilidade de entendimento	Para que haja compreensão da política é fundamental uma linguagem clara, por meio de informações inteligíveis, que facilite a extensão plena da informação.
Adição de Valor	A informação pública deve sempre ter como essência algum benefício ou vantagem para o cidadão. Seu teor deve estar sempre comprometido com os interesses da sociedade.
Oportunidade	A informação sobre uma política pública deve ser divulgada no tempo correto e/ou mais apropriado, evitando-se descontentamentos ou insegurança para a sociedade.

4.1 Estudo de caso: o contexto das informações governamentais acerca do confisco da poupança no Governo Collor (1990)

No dia 16 de março de 1990, milhões de brasileiros assistiram estarecidos pela TV, o pronunciamento, ao vivo, da equipe econômica do então governo Collor, sobre a realização do confisco de contas bancárias e poupança de todos os brasileiros por 18 meses. O anúncio foi feito um dia após a posse de Fernando Collor de Mello como primeiro presidente da República eleito pelo voto direto e durante um feriado bancário de três dias.

Figura 1: Equipe econômica durante a coletiva de imprensa



Fonte: Jornal Brasil Econômico (15.03.2010)

A então equipe econômica, formada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, pelo secretário nacional de política econômica, Antônio Kandir e pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, comunicava que seria realizado pelo governo um conjunto de medidas econômicas de grande impacto, que ficaram conhecidas como Plano Collor. O objetivo estava, principalmente, em conter a hiperinflação do país. Dentro do pacote de 21 medidas, a informação do bloqueio do dinheiro foi o que mais aterrorizou a população.

O comunicado sobre o confisco foi iniciado por Ibrahim Eris. Com sotaque turco e um português arranhado por sua língua nativa, ele tentava explicar de forma incompreensível o que iria acontecer com o dinheiro dos poupadores. A escolha de Ibrahim como um dos porta-vozes do plano econômico foi interpretada pela opinião pública como um descaso com os brasileiros.

De acordo com Mário Sergio Conti (1999), em seu livro *“Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor”*, algumas poucas pessoas da grande mídia já sabiam do plano econômico e alertaram Zélia Cardoso para a necessidade da explicação clara das medidas. No entanto, a ministra se recusou adiantar as questões para a imprensa e apenas no dia da coletiva soltou o pacote econômico.

“ Zélia, Kandir e Eris deram uma conturbada entrevista coletiva. Os três não conseguiram se entender. Não diziam o que pretendiam nem quais os fundamentos do plano. A ministra falava “transferência da titularidade” com a naturalidade de quem diz “hoje está calor”. Eris, o presidente do Banco Central, nascido e criado na Turquia, dizia “os torneiras” e “as critérias”. (CONTI, 1999, p. 324)

Figura 2: A equipe econômica demonstrava insegurança nas informações



Fonte: Revista IstoÉ (23.09.2011)

Segundo o historiador Marco Antonio Villa, a coletiva para explicar o plano foi um desastre. “Não conseguiram responder a maioria das indagações dos jornalistas. [...] Zélia demonstrou insegurança e várias vezes recebeu ajuda do secretário nacional de política econômica Antônio Kandir”. (VILLA, 2016, p.37)

De acordo com o anúncio, a partir daquele dia cada cidadão ou empresa somente poderia dispor de, no máximo, 50 mil cruzeiros, como informou a ministra Zélia Cardoso. "Quem tinha ontem um depósito à vista, ou um de cinquenta mil cruzados, pode ir ao banco

segunda-feira e sacar se quiser 50 mil cruzeiros. A parte excedente a esses 50 mil fica depositada junto ao Banco Central sob a titularidade da pessoa física ou jurídica em forma de cruzados-novos."

Todo o restante do dinheiro estaria confiscado pelo governo, que prometeu restituí-lo em 12 parcelas. As medidas anunciadas de forma atabalhoada causaram um caos no país. Ao fim do feriado bancário, a população correu para os bancos que não tinham reserva suficiente para devolver aos clientes, formando grandes confusões e filas imensas. Supermercados remaravam a todo hora seus preços e o comércio ficou paralisado pela falta de dinheiro circulando.

Na imprensa foram relatadas diversas tragédias pessoais e familiares. Ora de pequeno comerciante, ora de um cidadão que vendeu a casa, depositou o dinheiro no banco e na hora de pagar a nova moradia, veio o confisco. (VILLA, 2016, p.42)

Figura 2: Filas enormes a espera da abertura dos bancos.



Fonte: Revista IstoÉ (23.09.2011)

Villa (2016) avalia que, por meses, a comunicação da equipe econômica não condizia com os números. “O otimismo da ministra (“Não existe nenhum motivo para que a inflação possa voltar. Ela está morta e vencida”) contrastava com a realidade. Em abril, a inflação já dava sinais de que regressaria. O índice foi de 3,29%”. (VILLA, 2016, p. 53).

A partir dos mais diversos fatos ocorridos após a coletiva do governo, a grande mídia realizou uma série de convites junto à equipe econômica para que participassem dos principais jornais e programas de TV. Era preciso que o governo elucidasse os detalhes do pacote para acalmar a população. E foi por meio da pressão da imprensa que as explicações foram ocorrendo de forma mais clara para os brasileiros.

Porém, há quem defenda que o Plano Collor não teve apenas efeitos perversos, mas que foram medidas importantes para a abertura da economia brasileira. O maior erro, segundo um grande número de especialistas, foi o confisco da poupança. Já o que ninguém discute é que a forma de comunicar foi catastrófica.

Até hoje existem vários processos na justiça de pessoas recorrendo a perdas causadas pelo Plano Collor, além de diversas famílias que ainda não conseguiram superar os traumas provocados pelo bloqueio da poupança determinado na época pelo pacote econômico.

4.2 Estudo de caso: análise crítica de uma comunicação com base em informação ineficaz

A análise crítica do estudo de caso, também baseada na conceituação teórica de Gelders (2005) e de Pipino, Lee e Yang (2002), mostra que a forma de comunicação governamental acerca de políticas públicas não apresenta avanços significativos na atuação do poder público, principalmente, quando analisada sob a ótica da qualidade da informação.

O caso da divulgação do confisco da poupança, do Plano Collor (1990), é analisado sob a ótica das 17 dimensões recomendadas pelo modelo. Buscamos com isso, mensurar a qualidade e os efeitos da informação divulgada à época sobre a política econômica que estava sendo lançada no governo Collor. Além disso, avaliamos também o atendimento das dimensões propostas de acordo com três parâmetros de avaliação: critério atendido, critério parcialmente atendido e critério não atendido.

Quadro 3

Análise crítica do estudo de caso com base na conceituação teórica de Gelders (2005) e da mensuração da qualidade da informação proposta por Pipino, Lee e Yang (2002)

DIMENSÕES	ESTUDO DE CASO: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PÚBLICA ACERCA DO CONFISCO DA POUPANCA NO GOVERNO COLLOR (1990)
Acessibilidade	<p>A acessibilidade às informações durante a divulgação de todo o Plano Collor ficou comprometida, tendo em vista que o governo somente forneceu informações sobre a política, bem como sobre o confisco da poupança, a partir da coletiva de imprensa, sem utilizar outras formas ou meios de divulgação. O comportamento evitou que a população tomasse qualquer conhecimento da decisão antes do comunicado oficial.</p> <p>A falta de conhecimento sobre a intenção do governo causou uma série de problemas para a sociedade que foi pega de surpresa pelos efeitos das medidas que estavam sendo divulgadas.</p>
CRITÉRIO	Não atendido.
Quantidade de Informação	<p>No caso empírico, a quantidade de informações públicas também foi insuficiente por parte do governo, já que todo o plano foi divulgado em apenas um ato, deixando o cidadão despreparado para receber os efeitos da política.</p> <p>No caso, a sociedade somente foi esclarecida após pressão da imprensa por mais entrevistas da equipe econômica que passou a participar de jornais e programas com a finalidade de explicar melhor como aconteceriam às medidas econômicas.</p>
CRITÉRIO	Parcialmente atendido.
Veracidade	<p>A veracidade das informações prestadas pelo governo, por meio da equipe econômica, já durante a coletiva, foi vista com certa desconfiança. A falta de discussão com a sociedade e a forma de divulgação feita por autoridades trouxeram grandes questionamentos sobre a veracidade daquelas informações.</p> <p>Além disso, grande parte dos dados apresentados se contradizia com a realidade e o uso de uma linguagem técnica confundia o cidadão e causava dúvidas acerca o que era dito pela equipe do governo.</p>
CRITÉRIO	Parcialmente atendido.

Integral/Completa	As informações prestadas pelo governo não se apresentaram completas nem durante a coletiva, nem posteriormente com as entrevistas dadas pelas autoridades do governo. A própria equipe econômica não conseguia explicar as perguntas dos jornalistas. Essa falta de integralidade nas informações foi a maior causa da insegurança na população.
CRITÉRIO	Não atendido.
Concisão	As informações sobre as medidas econômicas também foram apresentadas de forma aleatórias. Se o governo, durante a própria coletiva, tivesse conseguido dar concisão às informações é possível que a proposta se apresentasse menos impactante. No caso do confisco da poupança, por meio de uma informação concisa, o governo poderia ter mostrado fatores relevantes e indícios capazes de ajudar o cidadão a compreender os efeitos daquela decisão e de tal maneira, tomar a melhor decisão acerca dos efeitos do confisco.
CRITÉRIO	Não atendido.
Consistência	As informações prestadas pelo governo apresentavam-se inconsistentes e frágeis, sendo alvo de críticas pelos especialistas. Essa inconsistência nas informações gerou desconfiança na população e principalmente na imprensa.
CRITÉRIO	Não atendido.
Facilidade de Manipulação	Os termos técnicos, os números e a linguagem formal usada na divulgação do Plano Collor foram claramente utilizados para facilitar a manipulação da informação, dificultando proposadamente a transparência da política.
CRITÉRIO	Não atendido.
Livre de erros	Diversas informações dadas pelo governo apresentavam erros apontados por especialistas e estudiosos. Esses erros prejudicavam ainda mais a tentativa do governo de fazer a população aceitar as medidas.
CRITÉRIO	Parcialmente atendido.
Interpretabilidade	A linguagem técnica e formal usada na divulgação da política não facilitava a interpretabilidade dos cidadãos sobre o que iria acontecer após a coletiva de imprensa. O governo não demonstrou qualquer preocupação em fazer com que realmente a população compreendesse os efeitos da decisão política.
CRITÉRIO	Não atendido.
Objetividade	A política pública foi apresentada de maneira subjetiva e parcial, sem nenhuma objetividade. E a falta desse critério deixou a política abstrata e de difícil compreensão para a população.
CRITÉRIO	Não atendido.

Relevância	As informações prestadas estavam focadas na intenção do governo, não sendo especialmente relevantes na tarefa de esclarecer à população e sim de servir aos interesses do poder público.
CRITÉRIO	Parcialmente atendido.
Reputação	A reputação de muitas informações foi questionada devida a desconfiança da população em relação às intenções da equipe do governo e também do conteúdo divulgado.
CRITÉRIO	Parcialmente atendido.
Segurança	O argumento do necessário sigilo das informações foi usado pelo governo que evitou divulgar com antecedência os fatos, alegando que isto poderia interferir nos objetivos das medidas econômicas. No entanto, o argumento mostrou-se fraco, cuja verdadeira intenção era que a sociedade não tomasse conhecimento antes da decisão para evitar ações contrárias às medidas.
CRITÉRIO	Não atendido.
Atual	A atualidade e fluxos das informações foram garantidos pela imprensa e não pelo governo. A maior parte das informações divulgadas após coletiva ocorreu por meio dos veículos de comunicação de massa.
CRITÉRIO	Parcialmente atendido.
Facilidade de entendimento	O governo não utilizou nenhum mecanismo de facilidade para o entendimento da política que estava sendo realizada. Ao contrário, sua forma de comunicação causou incompreensão sobre o que estava sendo proposto.
CRITÉRIO	Não atendido.
Adição de Valor	As informações prestadas pelo governo estavam comprometidas com o interesse próprio, com claros objetivos voltados para as intenções políticas.
CRITÉRIO	Não atendido.
Oportunidade	A divulgação não foi realizada em momento oportuno, tendo em vista que a coletiva foi realizada um dia após a posse do presidente Collor e durante um feriado bancário de três dias. O que claramente marcava uma decisão política, desvirtuada do comprometimento com a população.
CRITÉRIO	Não atendido.

5. PRINCIPAIS AVALIAÇÕES E UM OLHAR PROSPECTIVO SOBRE INFORMAÇÃO EFICAZ PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Os governos regularmente sentem-se prontos para divulgar novos programas, projetos e políticas públicas como propostas para trazer melhorias ao cidadão e avanços ao país. Entretanto, essas atividades são apresentadas das mais diversas formas e com as mais diversas características, fazendo com que seja importante estarmos atentos ao ciclo de construção das iniciativas governamentais. Por muito tempo, as informações públicas foram usadas, essencialmente, como ferramentas de políticas e de promoção de políticas aceitas.

Mas na atualidade, a importância das políticas públicas num país como o Brasil é evidente, tendo em vista os inúmeros problemas sociais e econômicos com que convivemos há séculos. Somos um dos países mais desiguais do mundo, cujas políticas sociais e econômicas são os principais instrumentos para combater tamanhas desigualdades.

No Brasil há políticas públicas que “pegam” e outras que “não pegam”, esse fenômeno pode ser vinculado também a maneira como foram divulgadas tais políticas. De tal forma, acreditamos que o poder público, enquanto instância superior, deve se responsabilizar com uma postura diferenciada na consolidação da cidadania e para isso, não medir esforços em dar clareza as suas políticas, as quais, teoricamente, promoverão o bem social.

Dados coletados pela ANDI em suas análises de mídias especiais demonstram que a cobertura de políticas públicas concentra-se em maior volume, em uma etapa específica do seu ciclo: o lançamento de uma nova iniciativa. Assim, fica evidente a necessidade de avançar mais, aprofundar a cobertura, seguir a trilha que começa a ser aberta quando uma coletiva de imprensa é convocada para anunciar um novo programa. (COSTIN, 2008, p. 170)

Mas o compromisso de proporcionar subsídios de acompanhamento da construção da política pública deve ser maior pelos governos e não somente pela imprensa. Sabemos que a divulgação de uma iniciativa pública pelos meios de comunicação de massa pode também abordar as mais diversas perspectivas, por isso a necessidade de que as informações sejam as mais qualitativas possíveis, evitando que a essência da política seja desvirtuada pelos mais diversos motivos. O objetivo de estabelecer métodos para qualificar a informação é ainda mais difícil, porque: “na prática, quase todas as políticas públicas atendem interesses

específicos, até mesmo quando realizam o bem comum. Isso se dá porque os grupos de poder afetam o desempenho e a implantação das políticas”. (CASTRO, 2007, p. 68)

Além disso, para cobrir políticas públicas de forma adequada, a imprensa precisa, necessariamente, de dados estatísticos oficiais e reais, além de informações sistemáticas e sólidas. Mas é comum jornalistas receberem dados e informações inconsistentes que refletem a falta de compromisso com a comunicação pública. Essa falta de visibilidade de alguns projetos governamentais, quase sempre, ocorre para evitar reações contrárias à medida. Ao mesmo tempo, quando o poder público deixa de dar transparência a uma política evitando que a sociedade compreenda o que ela representa e os interesses envolvidos, de imediato, coloca sob risco a credibilidade da proposta e a confiança no governo.

Assim, a informação pública deveria ser estabelecida no sentido de contribuir para que o cidadão tome conhecimento pleno das iniciativas governamentais. Somente com informação eficaz é possível participar de todas as etapas da política, e principalmente do processo de fiscalização para que ela ocorra, de fato, para beneficiar a vida da população.

Em uma abordagem mais atual, o presidente Michel Temer (2016) iniciou seu governo com severas críticas sobre sua política de comunicação. Após a repercussão polêmica de declarações inapropriadas feitas por ministros acerca de políticas e reformas que seriam realizadas, o presidente Temer resolve, portanto, fazer uma revisão na comunicação de seu governo, visando evitar novos tropeços de informação que marcaram o início da sua gestão de forma negativa (Vide anexos VI, VII e VIII).

Para isso, o governo precisa de fato reavaliar sua forma de comunicação e investir mais na qualidade das informações públicas, transmitindo melhor suas políticas e reformas, de maneira a conseguir apoio da população quanto às iniciativas tomadas. Certamente, mudar o comportamento do poder público em termos de comunicação é uma empreitada dispendiosa e que ainda levará muitos anos. Mas se empenhar na produção de melhores informações pode ser um passo importante para estreitar a relação de confiança entre população e governo. Além disso, a qualidade da informação seguramente vai contribuir com a gestão das políticas e subsidiar o desempenho delas, de forma a agregar valor à ação governamental e sucesso à política pública.

Por isso, o mais importante durante todo o processo de implementação de uma política pública é possibilitar que ela seja transparente e inteligível para o cidadão, ou seja, de maneira que toda a sociedade possa entendê-la. Tão logo feito isso pelos governos, o cidadão poderá participar, colaborar e corrigir os rumos que essa política seguirá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, o tema da qualificação da informação ainda não recebeu a atenção necessária do poder público brasileiro. Sua importância é continuamente discutida em diversos países desenvolvidos, que adotaram medidas de qualidade da informação para melhorar o desempenho de políticas públicas e a credibilidade dos governos. Seria uma irresponsabilidade atribuir o fracasso de uma iniciativa pública apenas à falta de acesso à informação por parte da sociedade. Mas informar de maneira adequada é um procedimento coerente por parte do poder público e fundamentalmente ético.

Com base na revisão da literatura é possível verificar que a promoção de informações eficazes é condição necessária para trazer transparência, inteligibilidade e resultados positivos às políticas implementadas. No entanto, é preciso ponderar que uma boa comunicação, baseada em informação eficaz, não é capaz de mudar a essência, nem os resultados de uma política pública ruim ou mal intencionada. Já informações ineficazes e inapropriadas podem, portanto, resultar em consequências negativas para uma boa política pública.

Além disso, as análises empíricas apresentadas apontam que estamos evoluindo muito lentamente no comprometimento com a qualidade das informações prestadas pelo poder público e que os prejuízos causados por esse atraso são bastante evidentes nos resultados das políticas públicas. O estudo de caso demonstra que esforços devem ser implementados para se alcançar a maior qualidade possível das comunicações governamentais. De tal maneira, gestores devem reconhecer que informações bem elaboradas são indispensáveis para o bom desempenho de cada etapa de construção da política. Ou seja, para alcançar essa eficiência é preciso oferecer informações de qualidade durante as fases de formulação, decisão, implementação e avaliação de políticas públicas.

Por isso a importância de um modelo de informação eficaz, que seja adaptável às iniciativas governamentais. Assim, esperamos que o modelo apresentado nessa pesquisa colabore com os gestores de políticas e também com a imprensa na capacidade de utilizar fatores técnicos e estruturais em suas informações para que elas resultem em conhecimento, produtividade, efetividade e melhor desempenho das políticas públicas.

A partir dessas considerações, podemos concluir que a produção e divulgação de informações de qualidade merece posição de destaque nas metas dos gestores de políticas públicas. Pois, se avaliarmos a atenção dada pelo governo ao problema, veremos que a solução ainda está muito longe de ser alcançada. Nessa perspectiva, em uma comparação entre o governo Collor (1990) e o atual governo do presidente Michel Temer (2016) fica perceptível que houve pouca evolução na questão da transparência das informações sobre políticas públicas. Além disso, a comparação entre os dois governos mostra uma herança de informações comprometidas principalmente com o interesse governamental.

Até hoje não existe no Brasil nenhuma normatização que institua qualquer prática de qualificação da informação pública. Logo, falta no país mecanismos que garantam que a população receba informações transparentes e eficazes por parte dos governos. Isso porque certamente há uma intencionalidade do poder público, em diversos momentos, de se manter a política obscura.

Enfim, esta dissertação traça raízes do problema para o nosso ambiente social e governamental e apresenta um modelo de informação eficaz que visa contribuir com o poder público, com gestores e com a própria imprensa no desenvolvimento de um trabalho cuidadoso com informações sobre políticas públicas, em especial as políticas econômicas. No entanto, essa pesquisa não deve encerrar-se aqui, mas sim ser uma iniciativa para a construção de novos caminhos que identifique como aplicar efetivamente um modelo de informação de qualidade na perspectiva “política”, onde muitas vezes não há interesse de participação do cidadão nas definições, nem no processo de implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Aldo. A questão da informação. **São Paulo em perspectiva**, 1994.
- BARRETO, Aldo. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Revista Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996.
- BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Negocio Editora, 2011.
- BLUMLER, Jay G. Origins of the Crisis of Communication for Citizenship. **Political Communication**. University of Leeds, University of Maryland, v. 14, n. 4, 1997.
- BOUCKAERT, Geert. Remodeling quality and quantity in a management context. **Public productivity through quality and strategic management**, v. 1, p. 21, 1995.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Comunicação Pública. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, setembro de 1998. In: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Curso de Comunicação Pública**. Apostila. Junho e julho de 2005.
- CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **Pesquisa Brasileira em Informação e Biblioteconomia**. Vol.3, n.2, 2010.
- CANELA, Guilherme. A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Andi, 2008.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Políticas públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Andi, 2008.
- CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac, 2006.
- CHOO, Chun Wei. **Information management for the intelligent organization: the art of scanning the environment**. 2. ed. Medford, NJ: InformationToday, 1998.
- CIBORRA, Claudio. **Teams, markets and systems: business innovation and information technology**. Cambridge university press, 1992.
- CLEMEN, Robert. T. **Making hard decisions**. 2. ed. Pacific Grove: Duxbury, 1996.
- CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COSTIN, Cláudia. Para que serve uma política Pública. **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Andi, 2008.

DAL BOSCO, Maria Goretti. **Audiência pública como direito de participação**. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2003.

DAVENPORT, Thomas H.; HARRIS, Jeanne G. Automated decision making comes of age. **MIT Sloan Management Review**, v. 46, n. 4, p. 83, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do 3º mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DOWBOR, Ladislau. Redes de informação de gestão local. **Artigo online, disponível em:** <<http://dowbor.org/infomunic.asp>, 2001.

DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE, Jorge. **"Comunicação pública."** São Paulo: Atlas, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FONSECA Nicolay da, RODOLFO Tomás; MONTES, Gabriel Caldas. Evidências para o Brasil. **Comunicação do banco central, expectativas de inflação e profecia auto-realizável. 2012.**

FRAGA, Arminio. **Dez anos de metas para a inflação**. Central Bank of Brazil, 10 Years of Inflation Targets in Brazil 1999-2009 [in Portuguese], 2009.

FRANK, Robert H. **Microeconomia e comportamento**. Bookman Editora, 2013.

GABER, I. **'Government by spin.'** *Media, Culture & Society* 22(4): 507-518, 2000.

GANDY, O.H., Jr. 'Dividing practice: segmentation and targeting in the emerging public sphere.' In **Mediated Politics**, ed. W.L. Bennett and R.M. Entman. Cambridge: Cambridge, 2001.

GELDERS, Dave. Public information provision about policy intentions: The Dutch and Belgian experience. **Government Information Quarterly**, v. 22, n. 1, 2005.

GELDERS, Dave; BRANS, Marleen. Arguments For and Against Communication on Policy Intentions. **International Public Management Review**, v. 8, n. 1, 2007.

GEUL, Arend. Communicatie bij beleid en beleidscommunicatie: Rol en positie van de communicatieadviseur in het beleidsproces [Communication and policy and policy communication]. **Overheidscommunicatie: De Nieuwe Wereld achter Postbus**, v. 51, p. 57-75, 2001.

GRUNIG, James. E. (Ed.). **Excellence in public relations and communication management**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

HANSEN, H. Krause; LANGER, Roy; SALSKOV-IVERSEN, Dorte. Managing political communications. **Corporate Reputation Review**, v. 4, n. 2, p. 167-184, 2001.

JANOT, Marcio et al. **O Impacto da Comunicação do Banco Central do Brasil sobre o Mercado Financeiro**. 2012.

KATUS, József; VOLMER, Fred. (Ed.). **Government Communication in the Netherlands: Backgrounds, Principles and Functions**. Sdu, 2000.

KONDŌ, Seiichi. et. al. **Transparência e responsabilização no setor público: fazendo acontecer**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Gestão, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2013.

LÉON, Osvaldo. **Por uma agenda social de comunicação**. IN: MORAES, Dênis de (Org). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JOHNSON, Dennis W. The business of political consulting. **Campaign warriors: Political consultants in elections**. Washington: Brookings, 2000.

LIBERATORE, Angela. From science/policy interface to science/policy/society dialogue. **Social sciences for knowledge and decision making**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2001.

MARINI, Caio. **O contexto contemporâneo da administração pública na América Latina**. Revista do Serviço Público, v. 53, n. 4, p. 31-52, 2014.

MARTELETO, Regina Maria. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, 1987.

MATOS, Heloiza (org). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MINTZBERG, Henry et al. **Crafting strategy**. Boston, MA, USA: Harvard Business School Press, 1987.

MINTZBERG, Henry. **The nature of managerial work**. 1973.

MIRANDA, Silvânia Vieira de. **A Gestão da Informação e a modelagem de processos**. Revista do Serviço Público, v.61, janeiro/março 2010.

MORRIS, Ian. Archaeology and gender ideologies in early archaic Greece. **Transactions of the American Philological Association (1974-)**, v. 129, p. 305-317, 1999.

NOVOTNY, Patrick. From Polis to Agora The Marketing of Political Consultants. **The Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 5, n. 3, p. 12-26, 2000.

PARA O BRASIL, Evidências; FONSECA Nicolay da, Rodolfo Tomás; MONTES, Gabriel Caldas. Comunicação do banco central, expectativas de inflação e profecia auto-realizável. **Análise Econômica**, v. 34, n. 66.

PIPINO, Leo L.; LEE, Yang W.; WANG, Richard Y. Data quality assessment. **Communications of the ACM**, v. 45, n. 4, p. 211-218, 2002.

RIJNJA, G.; MEULEMAN, L. Maken we beleid begrijpelijk of maken we begrijpelijk beleid? De verplaatsing van communicatie. **Do we communicate policy in a comprehensible way or do we make comprehensible policy**, 2004.

RULER, A. A. et al. Communicatiemanagement bij de overheid: Toegerust voor de aanbevelingen van Wallage?. **Tijdschrift voor Communicatiewetenschap**, v. 30, n. 4, p. 370-385, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SEYDEL, Erwin; RULER, Betteke; SCHOLTEN, Otto. Overheidscommunicatie: de burger als medesubject en handelende partij. **Tijdschrift voor Communicatiewetenschap**, v. 30, n. 4, p. 274-278, 2002.

SMITS, J. H. Spin doctors aan het Binnenhof? Over rolopvattingen van directeuren Voorlichting bij de rijksoverheid. **Spin doctors in the political heart of The Hague**, 2001.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.

STIGLITZ, Joseph. Transparency in government, in the right to tell: the role of mass media in economic development. **Washington: World Bank**, 2001.

TOMBINI, Alexandre. A. Apresentação. In, **Dez Anos de Meta para a Inflação no Brasil 1999-2009**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2011.

VOLMER, W. F. (2000). Central government communication (second revised and enlarged edition). In J. Katus, & W. F. Volmer (Eds.), **Government communication in the Netherlands: Backgrounds, principles and functions** (pp. 83–99, 95). The Hague: Sdu Publishers.

VILLA, Marco Antonio. **Collor presidente**: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção. Editora Record, 2016.

WAND, Yair; WANG, Richard Y. Anchoring data quality dimensions in ontological foundations. **Communications of the ACM**, v. 39, n. 11, p. 86-95, 1996.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO I

Bancos abrem sem dinheiro suficiente



Clientes se aglomeram em frente às portas do Bradesco da Rua Branco



O clássico faz com que muitos esperem sentados a vez de entrar no Banespa



Para impedir tumultos, policiais guardam a entrada do Bradesco do Centro

Bancos abrem sem dinheiro suficiente

Após cinco dias fechados, os bancos começaram a abrir com dinheiro suficiente para atender aos pedidos de saque dos clientes. O sistema de liquidação e distribuição foi afetado, pois o Banco Central havia deduzido as últimas reservas para reabrir as agências, visando para o meio-dia. Assim, não houve tempo para alterar o programa de compensação dos bancos, e parte do movimento bancário não pôde ser feito imediatamente. O resultado é que, depois de passar horas sem fila, muita gente saiu de mãos vazias das agências.

O Diretor de Operações do Banco Econômico, José Bandeira de Melo, lembrou que apesar do limite de recursos de Cr\$ 25 mil ou 20% sobre o saldo do overnight (dois dias, o prazo) não se cumpriram. Nos fundos de curto prazo, esse percentual não ocorreu porque não havia recursos disponíveis nos bancos. Os resgates em unidades de curto prazo também não ocorreram, em muitas horas, a apenas 11% ou 12% do saldo do objeto. Só no fim da tarde é que o BC garantiu liquidez, informando que garantiria 20% das posições em carteira dos bancos e das instituições, neste montante, as instituições.

Os bancos suspenderam até à abertura de tabelas de preços especiais, e muitas agências, defasadas, ainda estavam atendendo a saques de contas de água, luz e telefonia em cruzados novos. Nem mesmo nos supermercados de poupança, o limite de saque de Cr\$ 5 mil autorizado pelo Governo foi respeitado.

Só durante a tarde, o Banco Central esclareceu as dúvidas dos bancos e determinava que quem saque o dinheiro antes do aniversário não per-

Problema deverá se repetir na semana

COMO OPERARAM ALGUNS BANCOS ONTEM

Instituições seguiram regras distintas

BRASÍLIA — O Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), Leo Coimbra, afirmou que os bancos abriram ontem por decisão do Governo, mas sem estrutura para atender ao grande movimento. Ele acredita que durante esta semana o setor financeiro continuará convalescendo com problemas, principalmente de falta de dinheiro em espécie nas prazas caracterizadas pelo fraco movimento.

Foi uma operação de guerra, um dia atípico — assim Coimbra definiu o trabalho dos bancos ontem. Segundo ele, o que o sistema mais precisa, no momento, é de condições melhores para atender ao público com dinheiro em espécie. Para o Presidente da FEBRABAN, o Plano Colômbio retirou de circulação 80% da moeda disponível no mercado.

Mas Coimbra destacou a possibilidade de algum banco quebrar com o novo programa. Disse que o sistema financeiro é suficientemente sólido para aguentar as novas medidas. Explicou que o atendimento foi prejudicado principalmente devido à divulgação das instruções normativas do Banco Central ter ocorrido às 11h do domingo. O atraso causou problemas na adaptação dos funcionários ao novo sistema, que trouxe mudanças profundas no atendimento, tributação e liberdade do dinheiro.

A desestabilização do plano, segundo Coimbra, deve ser revista, devido à mudança radical da economia. Ele espera que o Governo faça um acompanhamento rigoroso da política monetária, já que possui controle total da moeda em circulação.

BC estuda como dar liquidez a fundos

BRASÍLIA — O Banco Central está estudando uma forma de dar liquidez aos fundos de curto prazo, para que os bancos possam cumprir o limite de 20% sobre a conversão das cotas em cruzados. As instituições financeiras não estavam cumprindo esse limite ontem, segundo apurou o GLOBO junto a diversas agências bancárias. Ao contrário do que informou a imprensa econômica do Governo, os saques dos fundos de curto prazo e de renda fixa não são limitados a 20% do saldo, mas sendo direto ao limite alternativo de NCZ 25 mil como overnight.

O artigo 16 da Medida Provisória que estabelece que a conversão das cotas dos fundos em cruzados poderá ser feita em limite inferior a 20%, caso o fundo não disponha de liquidez suficiente, é que os fundos aplicam o dinheiro das cotas em títulos públicos e privados e tiveram recursos bloqueados, como qualquer pessoa física ou jurídica.

Os cotistas de fundos devem ficar atentos para a diferença entre o dinheiro depositado nos fundos e as quantias resgatadas e pagadas de resgate feitas na carteira. É um dia antes do início do feriado bancário. A quantia resgatada não será contabilizada como depósito à vista no depósito em conta corrente, para efeito de conversão em cruzados.

A rigor, os bancos não poderiam se recusar a fornecer talões de cheques. O Banco Central, no entanto, está sendo mais rígido na fiscalização dessa transação. Uma vez que os bancos estão sobrecarregados com a reparaçãõ de todas as perdas decorrentes do programa.

Longas filas marcaram o dia no Rio

As longas filas nas portas dos bancos aumentaram o caos da cidade durante quase todo o dia de ontem. Embora a maioria das agências não abrissem ao meio-dia, muitos clientes chegaram cedo para garantir um bom lugar. Alguns foram prejudicados, levando cotas de prazo, livro e frasco. Na fila da agência do CEP na Avenida Nossa Senhora da Copacabana 501, um lugar entre os primeiros era vendido a Cr\$ 1 mil, segundo a grevista Maria Regina Teodoro.

Os maiores problemas que os clientes enfrentaram foram a longa espera — um idoso dormiu na fila do CEP na Avenida Nossa Senhora da Copacabana — os assaltos — duas pessoas foram assaltadas após re-

ceberem dinheiro da mesma agência — e a falta de alguns bancos não terem aberto no horário previsto. As agências do Itaú na Avenida Nossa Senhora Copacabana 1.361, em Copacabana, e na Rua Voluntários da Pátria, estavam com Ivo Dues Martins, em Botafogo, só abriram por volta das 14h, por estarem com o sistema eletrônico fora de ar.

A Agência Açucena Xavier chegou ao Itaú da Nossa Senhora da Copacabana às 2h. As 18h30m, ainda estava na fila.

— Preciso descontar um cheque, porque estou sem dinheiro até para fazer compras. Foi revulvida por que ninguém explicou a demora.

Em SP, a garoa dificultou a espera

SÃO PAULO — Muita chuva de hoje de feriado e pouca informação do lado de dentro das agências bancárias ontem a população dos correntistas em São Paulo. O que mais incomodou o público não foi a longa espera para resgatar das agências ou as inúmeras filas de banco a banco que caiu desde cedo na Capital: a maioria ficou irritada com a impossibilidade de movimentar a conta dentro dos limites autorizados, já que muitos bancos não conseguiram alterar o tempo de programação de computadores, e, principalmente, por ter acreditado que poderia descontar cheques em cruzados recebidos durante o feriado mas que, por determinação do Governo, também ficaram bloqueados.

O gerente de H&I Emiliano de Sá Albrici, na tentativa de ajudar os clientes que estavam com o "dinheiro curto", acabou 29 cheques pelas corretoras que realizam as semanas passadas, totalizando NCZ 8,2 mil e ainda "quebrou o galho" de outros 100 cheques. Outros ele soube, na agência Central do Bradesco, que não poderia converter alguns cruzados em cruzados.

Mais do que pagar compromissos atrasados, a caridade sobre como ficaram os contas após o novo plano econômico foi o que mais motivou os banquistas a ir aos bancos, segundo alguns gerentes.

Apesar da confusão, não houve tumultos

Apesar das inúmeras filas que se formaram quatro horas antes da abertura dos bancos, não houve incidentes, além, nas principais agências do Centro da cidade. A Polícia Militar mobilizou centenas de soldados de várias batalhões, colocando-os em pontos estratégicos das avenidas Presidente Vargas, Rio Branco, Nilo Peçanha, Presidente Antônio Carlos, Evaristo de Figueiredo e rua Evaristo da Veiga. Senador Dias, além das transmissões dos grandes correioes



Policiais controlam protestos de clientes do Banespa, revoltados com o atraso na abertura da agência do Senador Dantas

Suas dívidas

No dia 16 passará dois cheques para pagar dívidas a duas pessoas, cada um de cerca de NCZ 40 mil. As duas pessoas não têm conta corrente. Só uma poderá receber na boca do caixa? O que acontecerá com a outra? Osandro, engenheiro da Cede e morador de Curitiba.

Alguém poderá receber na boca do caixa até que o Governo regulamentar o caso de pessoas que têm cheques em circulação e receber e não têm conta em banco. Essas duas pessoas poderiam abrir uma conta no banco e depositar o cheque, mas nesse caso o dinheiro ficaria no banco

porque os valores que saíram da sua conta em cruzados através de cheques não poderão ser convertidos para cruzados.

Como vai funcionar a cobrança de imposto sobre a poupança?

Alguém é de 20% sobre o saque para cruzados com saldo superior a R\$ 100 mil, ou para o equivalente com várias contas que totalizam esta mesma quantia. Tudo nesta situação deverá declarar até o dia 15 de março, em formulário a ser distribuído. Novas instruções serão enviadas.

Qual será o procedimento no caso de cheques recebidos pelo comércio desde o fechamento dos bancos o dia 10? Eles serão compensados normalmente ou apenas o valor de NCZ 20 mil? (depois Antônio, comerciante e morador de Nilópolis).

Está em uma seção informativa, que será mantida enquanto os leitores tiverem dúvidas sobre o plano de estabilização anunciado no texto-ícone.

não muda. A indústria a entrar no câmbio, daqui para a frente, é definitiva.

TELEFONES ÚTEIS:

Plantão do Ministério da Economia (011) 251-1111 — Hipóscrite

Banco Central: Rio — 233-0208

Brasília — (061) 224-8309, 228-7977

São Paulo — (011) 252-1119, 252-1126, 252-1154 e 252-1149

Estes dados ainda não foram atualizados pela equipe econômica do Governo. Até o momento, as únicas exceções previstas até o momento são os aposentados e pensionistas, que po-

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduy10k3aayim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2Fo_glob.../2

Fonte: Acervo Globo / O Globo Online
Matéria divulgada em 20/03/1999

ANEXO II

Confisco é a maior lembrança do Plano Collor

Domingo, 12 de março de 2000

O GLOBO

ECONOMIA • 29

Confisco é a maior lembrança do Plano Collor

Dez anos depois, alguns dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes

Patricia Duarte, Shelly Enrick e Lígia Vesilki

SÃO PAULO, BRASIL - Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Esta ainda crê que congelamento era necessário... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Quatro esbaqueantes da equipe econômica... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Uma só opção... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Como foi o Plano... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Associação de Hospitais e Clínicas do Rio Janeiro... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Os personagens



Integrantes da equipe econômica tomaram rumos distintos

LUIS EDUARDO DE ASSIS: Amigo da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, Luis Eduardo de Assis trabalhou 36 anos assessorando a diretoria de Política Monetária do BC do antigo Governo Collor...

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO: Chamada na época de 'capim de economia', Mello foi a vice-pública e vive hoje em Nova York com os dois filhos. Deixou o cargo em setembro de 2000...

IRIBARA DEUS: Ex-presidente do Banco Central, Iribara Deus, desde seu tempo em trabalhos de consultoria e é hoje uma administradora de recursos cujo patrimônio chegou a R\$ 250 milhões. Era a porta-voz do Collor...



Elogios da esquerda

ENGENHEIRO: "Tecnicamente, o plano é bom, e a operação", disse na época o economista Mário da Conceição Ramos, fazendeiro pernambucano...



SEM CANGA: "Nem agosto no calor, não é confortável. Alvaro Mercadante, ligado ao Partido dos Trabalhadores, que fez ressonância à política fiscal do Plano Collor...

Uma só opção... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...



Como foi o Plano

A implementação do mais ambicioso programa de estabilização econômica da História do país, que retirou da circulação quase US\$ 100 bilhões (cerca de 30% do PIB), exigiu três dias de feriado bancário... Dez anos depois, três dos principais arquitetos do bloqueio de cruzados vivem de multiplicar o dinheiro de clientes...

Advertisement for Associação de Hospitais e Clínicas do Rio Janeiro (AHCRJ) celebrating 25 years. Includes logo and contact information.

Fonte: Acervo Globo / O Globo Online
Matéria divulgada em 12/03/2000

ANEXO III

Plano Collor: sentença de morte no primeiro dia

34 • ECONOMIA

O GLOBO

Domingo, 13 de março de 2005

15 ANOS DO CONFISCO

Plano Collor: sentença de morte no primeiro dia

Ex-integrante da equipe econômica reconhece que anúncio desastroso foi decisivo para o fracasso do programa

Liane Theolin e Aguilardo Nova

• 1990 É SÃO PAULO. O maior transtorno financeiro da história do país completa 15 anos esta semana ainda vivo na memória dos brasileiros. O conflito do saldo das cadernetas de poupança, das contas correntes e das aplicações no overnight principal arma contra a hiperinflação voltou na época, foi amenizado pelo então presidente Fernando Collor de Melo numa tentativa que não durou, no dia 13 de março de 1990. Mas o destino, afinal, a população se esforçava para entender as medidas em uma desastrosa entrevista coletiva na qual a equipe que criou o plano não conseguiu responder a várias perguntas dos jornalistas.

— A certeza de que o plano havia fracassado nasceu no próprio dia de seu anúncio — diz um ex-integrante dessa tropa de choque, que prefere o anonimato ao receber a liberação do programa.

A equipe era liderada por Zélia Cardoso de Mello, então ministra da Economia, e incluía Luciano Eris, na presidência do Banco Central (BC); Antônio Kaslitz, como secretário de Política Econômica; e Luis Edmar do Amaral, como diretor de Política Monetária do BC. Segundo esse integrante, a equipe não previa todos os desdobramentos possíveis das medidas.

— Vace vê a sua casa pagando logo e tudo que tem à mão e um baldio com água suja. Quem e que vai se preocupar se a água vai sugar o tapete? Em 1990, era tudo ou nada.

A casa inundada foi a metáfora usada para se referir a uma inflação que aqueceu o mercado a 26% (pelo IPC). Os saques da poupança foram limitados a 50 mil cruzados novos, que passaram a valer 50 mil cruzeiros. Quantos acima desse valor ficariam depositados no BC por 15 meses, mas o governo acabou por antecipar em um mês a liberação, em 12 parcelas mensais. Da operação operária financeira de um dia, foi possível pagar 25 mil cruzeiros ou 20% do salário de quem fosse maior. O bloqueio atingiu 70% dos ativos — 154,86 bilhões de cruzeiros. Os preços foram congelados e o governo divulgava mensalmente tabelas com quanto deveria ser cobrado por produtos das lojas ao ar livre.

Recessão foi de 7,95% no primeiro ano. Sem dinheiro para girar a economia, o país entrou em profunda recessão. Em 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) a soma de todas as riquezas produzidas no país, caiu 10,5%. As empresas começaram a demitir funcionários e, uma semana depois do anúncio do plano, o setor da construção civil, por exemplo, já acumulava mais 13 mil postos de trabalho fechados. Entre 10 e 29 de março, a Bolsa de São Paulo caiu cerca de 50%. Pressionada, o governo começou a liberar cruzados novos nas primeiras semanas. Em pouco tempo, a inflação voltou a ser julho, já superava 29%.

Essas "técnicas de liquidez" são apontadas hoje por economistas como uma das causas para o fracasso do plano, assim como a falta de políticas fiscal e monetária acertadas.

— O plano não podia dar certo porque tinha um diagnóstico errado do problema. Era preciso atacar as causas profundas. O plano gerou um custo alto para a sociedade e levou ao empacotamento do país — diz Fernando de Hollanda Barreto, da Fundação Getúlio Vargas.

— Não houve quebra de con-

CENAS DE UM PAÍS PARADO

Abastecimento

BRANCOS CRUZADOS: as filas em Brasília, tradicionalmente central de abastecimento do Rio, o Plano Collor fez com que os negócios com frutas, legumes e verduras quase parassem



Sem comércio

DINHEIRO CURTO: o comércio vivia tempos de lojas vazias. Os consumidores brasileiros, sem poder contar com a sua poupança, confiscada pelo governo Collor, ficaram longe das compras, especialmente as de produtos mais caros



Feriado bancário e filas nas agências

CORRIDA AOS BANCOS: o governo decretou 3 dias de feriado bancário. Na realidade, houve filas de correntistas. Deixado, faltou dinheiro, como no Banco (foto de agência da Rua do Murilo) que limitou o saque a 3 mil cruzeiros



Quando o Brasil desceu a ladeira

INFLAÇÃO - IPC

Ano	IPC (%)
1989	2.623,80
1990	1.936,37
1991	2.111,61
1992	428,79
1993	65,96
1994	43,0

CRESCIMENTO DO PIB

Ano	PIB (%)
1989	3,20
1990	-5,05
1991	1,63
1992	4,92
1993	5,05
1994	5,26

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Ano	PI (%)
1989	2,90
1990	7,31
1991	7,08
1992	8,2
1993	1,30
1994	-7,61
1995	-8,80

QUANTO O BRASIL DESCEU A LADEIRA

DEBITO PÚBLICO A2 PIB

Ano	PIB (%)
1989	37,9
1990	39,6
1991	38,6
1992	31,2
1993	30,4
1994	20,8

Quando o Brasil desceu a ladeira

En 1989, o déficit operacional foi de 2,7%. Em 1990, as contas ficaram com um déficit de 1,3%, mais em 1991 voltaram a ser deficitárias de 0,2%.

Importações

Com o real forte de abertura do mercado de 24,7%, em 1990, as importações caíram de R\$ 152,3 bilhões em 1989, para R\$ 139,5 bilhões em 1990, e para R\$ 132,2 bilhões em 1991. De lá para cá, caiu até o presente. Em 1994, o volume de importações foi de R\$ 92,2 bilhões.

No ano do plano, o total da balança comercial foi de R\$ 20,7 bilhões. Em 1994, de R\$ 33,6 bilhões.

Hiperinflação e saques

DESESPERO: com o país mergulhado na hiperinflação, supermercados foram saqueados. Numa loja em Vaz Lobo, no Rio, listas de óleo no chão



Quando o Brasil desceu a ladeira

INFLAÇÃO - IPC

Ano	IPC (%)
1989	2.623,80
1990	1.936,37
1991	2.111,61
1992	428,79
1993	65,96
1994	43,0

CRESCIMENTO DO PIB

Ano	PIB (%)
1989	3,20
1990	-5,05
1991	1,63
1992	4,92
1993	5,05
1994	5,26

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Ano	PI (%)
1989	2,90
1990	7,31
1991	7,08
1992	8,2
1993	1,30
1994	-7,61
1995	-8,80

DEBITO PÚBLICO A2 PIB

Ano	PIB (%)
1989	37,9
1990	39,6
1991	38,6
1992	31,2
1993	30,4
1994	20,8

Ó QUE ELES DISSERAM

"O Brasil não aceita mais ditaduras. Agora é vencer ou vencer. Que Deus nos ajude!" - Fernando Collor de Mello (13/03/1990)

"A única bola que o presidente Fernando Collor tinha para abater a inflação acertou sua própria cabeça." - Paulo Góes (1990)

"Vivemos" - Zélia Cardoso de Mello (13/03/1990)

"Insuportáveis os bancos se não liberarem o dinheiro" - Fernando Collor de Mello (13/03/1990)

"Não adianta mudar, porque os bancos não têm dinheiro para emprestar" - Fernando Collor de Mello (13/03/1990)

"Não era muito, mas melaram o rio no meu bolso" - Fernando Collor de Mello (13/03/1990)

"Duante dos seis"

CORPO A CORPO

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO

'Já esgotei minha dose de erros'

• De Nova York, onde trabalha como conselheira, a ministra da Economia do governo Collor, Zélia Cardoso de Mello, destacou, por e-mail, as falhas e qualidades do plano que ajudou elaborar. Para ela, o tempo mostrará que o plano foi mais do que o confisco da poupança.

Liane Theolin

O GLOBO: Háis, 15 anos depois do Plano Collor, o que o senhor aponta como as principais falhas e qualidades do plano? **A senhora faria alguma mudança?**

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO: Não acho

• O plano ficou conhecido como o que

uma migração para as cadernetas (os "novos poupançantes") e isto nos obrigou a repensar a medida.

• Não háo "Zéliasmo paixão", o senhor conta que o limite para saques (50 mil cruzados novos) foi sorteado.

ZÉLIA: Intelectualmente, a maneira como o autor (Fernando Sabino) relatou deu margem a esta interpretação, alimentada pelos deturadores do plano e da minha pessoa. A escolha foi feita baseada em detalhados estudos sobre dados do Banco Central.

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduy10k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2Fo_glob... 1/2

Fonte: Acervo Globo / O Globo Online
Matéria divulgada em 13/03/200

ANEXO V

MÍRIAM LEITÃO

Plano Collor foi a maior violência cometida contra a economia

POR MÍRIAM LEITÃO

16/03/2015 16:49

Há exatos 25 anos, o governo reuniu a imprensa para anunciar o Plano Collor, apresentado como Brasil Novo, e que entrou para a História como a maior violência econômica já praticada contra a economia brasileira.

Eu estava lá na entrevista coletiva em que a ministra Zélia Cardoso de Mello explicava os termos do plano. Ao meu lado, a Lilian Witte Fibe; nos olhávamos desesperadas. Silvia Faria, hoje diretora da Central Globo de Jornalismo, verbalizava que “não era possível, eles tomaram a poupança, são loucos!”.

Foi um susto. Sabíamos que haveria um plano, os bancos ficaram fechados de quarta-feira a sexta-feira, quando foi feito o anúncio. Os investidores cogitavam que perderiam parte dos rendimentos ou mesmo um pedaço do principal investido que aplicavam no overnight, uma operação financeira que dava retorno maior do que a inflação diária. Mas o confisco da poupança surpreendeu.

A democracia, devemos lembrar, herdou da ditadura uma economia indexada com inflação alta. Foi com o novo sistema de governo que se iniciou a luta para estabilizar a situação, o que só ocorreu com o Plano Real, cinco anos depois daquela violência que foi o confisco da poupança.

No caminho, teve plano de todo o tipo para enfrentar esse animal horroroso que foi a hiperinflação. Houve os que geraram euforia e depois tristeza. Alguns deram raiva, outros criaram confusão, intervindo na vida das pessoas. Mas o Plano Collor foi violência pura, o pior, o fundo do poço na luta longa e heroica do povo brasileiro contra a hiperinflação.

Quando os militares deixaram o poder, a inflação estava em 300% ao ano. Não era hiper, mas dentro dela já tinham os elementos para os passos seguintes, porque havia a indexação. Os índices subiam e iam carregando os preços indexados. A correção era automática. A cada novo fato inesperado na economia, o choque elevava uma série de preços.

Vieram os planos do governo Sarney. O mais bem-sucedido foi o Cruzado, que durou nove meses até que a inflação voltou aos dois dígitos.

O governo seguinte trouxe o Plano Collor, o mais violento e com o pior resultado. A inflação ficou apenas um mês abaixo de 10%. Nos meses seguintes ficou acima disso e terminou o ano em 1.600%.

O plano era um congelamento dos ativos bancários. Aplicações como o overnight e a poupança, e até a conta corrente, foram congelados para serem devolvidos depois. Essa intervenção louca alterou o rumo de muitas vidas.

Para fazer o livro Saga Brasileira, conversei com muita gente. Sempre nos debates, quando o assunto surgia, as pessoas pediam para contar o que aconteceu com elas naquele momento marcante. Normalmente, eram relatos violentos.

O dinheiro estava reservado para fazer uma cirurgia, a casa foi vendida para comprar o apartamento e, com o confisco, não havia dinheiro para o aluguel. As situações eram absurdas, provocadas por essa violência econômica que além de tudo, não funcionou.

O que ficou foi o trauma. Sempre que o país enfrenta uma dificuldade, os boatos colocam o confisco da poupança como uma possibilidade. Aquela loucura não volta mais. O fracasso retumbante, com a inflação subindo novamente, fechando o ano em 1.600% com recessão de 4%, tira qualquer possibilidade de qualquer pessoa pensar no confisco como solução.

Nos livramos da hiperinflação, felizmente. O que temos agora é inflação alta, sendo combatida com alguns erros, às vezes. Mas os 8% ao ano não tem nada a ver com os 5.000%, patamar que a inflação atingiu naquele processo.

No dia 29 de janeiro de 1999, o câmbio havia sido desvalorizado e passou pelo país um boato de confisco da poupança. Houve uma corrida bancária e o presidente Fernando Henrique foi três vezes à televisão naquele dia para explicar que não haveria confisco. Nos dias seguintes os poupadores recolocaram o dinheiro na poupança e a economia se reorganizou.

Não há mais espaço para confisco na economia. Aquilo foi uma loucura, uma imperícia cometida por um grupo, a maior violência já praticada na economia brasileira.

O Plano que deu certo foi o contrário. Com elegância, todos os passos do Real foram contados previamente à população, explicados. No dia 1º julho, ele completa 21 anos. A inflação está alta, mas será combatida e vencida porque o povo brasileiro quer inflação baixa.

Fonte: O Globo Online

Matéria publicada em 16/03/2015

ANEXO VI

Para evitar controvérsias, Temer busca porta-voz para anunciar mudanças

Pedro Ladeira/Folhapress



O presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto

MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

16/09/2016 19h01

O Palácio do Planalto está em busca de um porta-voz que possa concentrar a divulgação de informações relacionadas ao governo de Michel Temer.

O presidente e sua equipe mais próxima estão incomodados com a quantidade de autoridades que falam em nome do governo e acabam por disseminar informações contraditórias e, em alguns casos, que não foram totalmente amadurecidas e ainda estão em discussão.

Um dos exemplos foi a confusão causada pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, na semana passada. Ele criou uma controvérsia ao admitir que a reforma trabalhista permitiria a adoção de jornadas de trabalho de até 12 horas por dia para algumas profissões, desde que limitadas às 48 horas semanais previstas atualmente, incluindo horas extras.

O núcleo central do governo ficou irritado com a declaração porque as medidas ainda estão sendo discutidas internamente e, na avaliação do Planalto, só devem ser levadas ao debate público após o debate da reforma da Previdência.

Os assessores de Temer estão em busca de alguém que possa ter "a cara do novo governo" mas ainda encontram dificuldades para identificar o porta-voz ideal.

Inicialmente, se cogitou escolher algum diplomata que possa repassar a opinião do governo sem ter qualquer vinculação que o leve a emitir juízos de valor. Outra ideia é escolher uma mulher para o posto, o que ajudaria a dirimir as críticas feitas ao governo sobre a falta de representatividade de gênero.

CAMPANHAS

Além da atuação de um porta-voz, o próprio presidente tem sido aconselhado a explicar melhor e com mais frequência as ações do seu governo. Temer tem pedido para que os integrantes de sua base aliada no Congresso usem as tribunas da Câmara e do Senado para explicar as reformas e as propostas de recuperação da economia.

Campanhas publicitárias também serão lançadas a partir do fim deste mês em cadeia de rádio e televisão. O objetivo é esclarecer a população principalmente em relação à reforma da Previdência, que deve ser encaminhada ao Legislativo até o início de outubro.

Fonte: Folha de São Paulo Online

Matéria publicada em 16/09/2016

ANEXO VII

Temer quer um diplomata para ser porta-voz do seu governo

Coluna do Estadão

14 Setembro 2016 | 18h15



Foto: Dida Sampaio/Estadão

Depois dos problemas enfrentados na área de comunicação, o Palácio do Planalto está à procura de um porta-voz. O objetivo do governo é “unificar o discurso” e evitar a “bateção de cabeça” que tem provocado danos e críticas ao presidente Michel Temer, que acabou precisando recuar em algumas propostas que foram divulgadas “precipitadamente”, enquanto ainda estavam em estudo. A ideia é que o porta-voz seja um diplomata e que ele responda diariamente às demandas da imprensa, repassando a opinião do governo, com sobriedade, sem qualquer juízo de valor.

De acordo com interlocutores do Planalto, o presidente procura alguém com o perfil semelhante ao de Sérgio Amaral, atual embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que foi porta-voz no governo Fernando Henrique Cardoso. Mas ainda não há nomes sendo pesquisados. (Tânia Monteiro)

Fonte: Estadão Online

Matéria publicada em 14/09/2016

ANEXO VIII

Planalto espera anunciar porta-voz oficial do governo nesta semana

Carlo Allegri /Reuters



O presidente Michel Temer participa de reunião sobre refugiados na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (EUA)

DE BRASÍLIA
19/09/2016 20h20

O presidente Michel Temer convidou o jornalista Eduardo Oinegue para ser o seu porta-voz. Os dois ficaram de conversar novamente na próxima quinta-feira (22), quando o peemedebista retorna de sua viagem a Nova York.

A expectativa de assessores é que ainda nesta semana o nome seja anunciado oficialmente. A informação havia sido adiantada pela coluna de Mônica Bergamo.

Irritado com a falta de sintonia entre seus ministros e o Palácio do Planalto, com declarações que provocam desgaste ao governo, o presidente Temer decidiu recriar a função de porta-voz, que estava vaga desde o final do governo Dilma Rousseff.

A ideia é que o futuro porta-voz seja o interlocutor do presidente com a imprensa, dando o "tom" do governo e fazendo, em nome de Temer, ajustes nos discursos de sua equipe sempre que eles estiverem desalinhados da linha geral do Palácio do Planalto.

Além disso, o governo Temer passou, desde o início, a imagem de indefinição e de recuar em demasia. A reforma da Previdência é citada como um exemplo. Desde a interinidade, o tema já foi motivo de várias versões sobre a data de seu envio ao Congresso, se antes ou depois das eleições municipais.

Eduardo Oinegue já trabalhou nas revistas "Veja" e "Exame" e, mais recentemente, tem trabalhado na área de consultoria de imagem e gestão de crises.

Fonte: Folha de São Paulo Online
Matéria publicada em 19/09/2016